

UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO
INSTITUTO DE HUMANIDADES, CIÊNCIAS,
EDUCAÇÃO E CRIATIVIDADE
CURSO DE HISTÓRIA

Jean Sulzbach Bender

O PROCESSO DE PATRIMONIALIZAÇÃO DE
EDIFICAÇÕES EM PASSO FUNDO NA
DÉCADA DE 1990

Passo Fundo
2024

Jean Sulzbach Bender

O PROCESSO DE PATRIMONIALIZAÇÃO DE
EDIFICAÇÕES EM PASSO FUNDO NA
DÉCADA DE 1990

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Humanidades, Ciências, Educação e Criatividade, da Universidade de Passo Fundo, para obtenção do grau de Licenciado em História, sob a orientação do Prof. Dr. Alessandro Batistella.

Passo Fundo
2024

Agradecer é um processo crucial na construção de um trabalho de conclusão de curso. Primeiramente no meu âmbito familiar, onde a base para formalizar um sonho se fez sempre presente, cabendo entender os desafios de uma mudança radical de vida em prol de um sonho maior. A segunda família construída ao longo 5 anos de graduação, amigos de faculdade, colegas de trabalho, nunca mediram esforços para que esse sonho se tornasse realidade. Desafios assolaram gradativamente esse tempo, mas incentivo nunca faltou, ao espaço Museal do MAVRS que por diversas vezes cedeu sua biblioteca e material tecnológico para construção, ao meu eterno “chaveirinho” que nunca deixou desamparado, a Sol eternamente grato pelo amparo em momentos de desespero internos e externos, e por último aos excepcionais profissionais que fizeram deste sonho uma realidade, ao professor Alessandro Batistella pela sublime orientação nessa conclusão.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Reportagem do jornal O Nacional	31
Figura 2 - Reportagem do jornal O Nacional	31
Figura 3 - Reportagem do jornal O Nacional, Arquivo Histórico Regional - primeira parte...	32
Figura 4 - Reportagem do jornal O Nacional, Arquivo Histórico Regional - segunda parte ...	33
Figura 5 - Reportagem do jornal O Nacional	35
Figura 6 - Reportagem do jornal O Nacional	35
Figura 7 - Reportagem do jornal GZH Passo Fundo	36
Figura 8 - Foto atual do Complexo Arquitetônico	37
Figura 9 - Prédio da estação ferroviária da Gare (1926)	39
Figura 10 - Imagem atual da Estação ferroviária da Gare, atual Estação Gastronômica	39
Figura 11 - Foto atual da Capela São Miguel.....	41
Figura 12 - Notícia jornal O Nacional	42
Figura 13 - Igreja Metodista atualmente.....	43
Figura 14 - Imagem do IE antes de começarem as reformas.....	45
Figura 15 - Foto do IE pós-reformas (2024).....	46
Figura 16 - Foto atual do antigo Banco da Província, atual Itaú	47
Figura 17 - Foto da chaminé da antiga Cervejaria Brahma.....	49
Figura 18 - Foto da antiga Cervejaria Brahma, atual Faculdade Anhanguera	50

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	5
CAPÍTULO 1 - PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL: CONCEITUAÇÃO E IMPORTÂNCIA.....	9
1.1 Conceituação e Relevância.....	9
CAPÍTULO 2 - A SALVAGUARDA DOS BENS PATRIMONIAIS NO BRASIL.....	23
2.1 Patrimonialização e tombamento de edificações.....	23
CAPÍTULO 3 - O PROCESSO DE PATRIMONIALIZAÇÃO DE EDIFICAÇÕES EM PASSO FUNDO NA DÉCADA DE 1990.....	30
3.1 Conjunto Arquitetônico (atuais Museu Histórico Regional, Teatro Múcio de Castro e Academia Passofundense de Letras).....	33
3.2 Antiga Gare	37
3.3 Capela São Miguel	40
3.4 Igreja Metodista.....	42
3.5 Prédio Texas do Instituto Educacional Metodista.....	44
3.6 Banco da Província (atual prédio do Banco Itaú).....	46
3.7 Prédio da antiga Cervejaria Brahma.....	48
CONSIDERAÇÕES FINAIS	51
REFERÊNCIAS	53
FONTES	54

INTRODUÇÃO

A compreensão do contexto histórico de qualquer acontecimento faz com que os sentidos presentes no desenvolvimento da humanidade se apresentem mais completos. No contexto histórico da patrimonialização de edificações históricas, não é diferente. Os bens patrimoniais representam, de forma visível, a história e a identidade cultural de um povo. Ao preservá-los, as cidades mantêm viva a essência do seu povo e a continuação de valores culturais únicos, evidenciados pela memória coletiva, que pode ser representada por edificações que fazem parte do desenvolvimento sócio histórico de uma comunidade.

Entre os anos de 1990 e 2000, a cidade de Passo Fundo pôde vivenciar o contexto socioeconômico emergente e mudanças sociais como o aumento da urbanização. Tais acontecimentos não atingiram a cidade de forma isolada, mas fizeram parte do próprio contexto sociopolítico do Brasil no período. Dentre os acontecimentos inegavelmente marcantes para a história da cidade – que se localiza no Norte do Rio Grande do Sul – nesse recorte de tempo, há a promulgação de diversas leis que visam promover o reconhecimento e a preservação do patrimônio histórico e cultural da cidade.

Foram assistidas mudanças significativas no contexto histórico e urbano de Passo Fundo. A urbanização e a expansão urbana foram fenômenos notáveis nesse período. Muitas cidades brasileiras passaram pelo processo de aumento populacional e centros urbanos mais complexos foram se desenvolvendo no país. No Rio Grande do Sul, Passo Fundo vivenciava o mesmo processo, expandindo seus bairros, sendo palco para a construção de novos empreendimentos e para o crescimento da infraestrutura urbana em geral. No entanto, o veloz crescimento urbano oferece grandes desafios, tais como a necessidade de infraestruturas adequadas, a resolução de problemas de trânsito, o planejamento eficaz do uso do solo e a preservação de áreas históricas. Além disso, faz-se necessário que a própria legislação aja de acordo com a preservação do patrimônio histórico a fim de que permaneça viva a cultura de um povo (Tedesco; Kalil; Moro, 1993).

A preservação do patrimônio histórico é crucial por diversas razões e a urbanização pode ter um impacto significativo nestes locais, uma vez que as mudanças provocadas pela tecnologização de ambientes demandam espaço físico e, por vezes, bens materiais cuja história remete à cultura de um povo podem estar localizados em áreas cujo processo de urbanização e modificação ocorre. Locais históricos testemunham a identidade cultural da comunidade. Eles recontam a história, os costumes e as tradições. Diante disso, o presente estudo baseia-se no seguinte problema de pesquisa: Entre 1990 e 2000, o processo de patrimonialização das

edificações históricas de Passo Fundo foi marcado pela conscientização crescente sobre a importância de preservar o patrimônio local, com iniciativas de tombamento e valorização de imóveis significativos, impulsionadas por movimentos sociais, políticas públicas municipais e o apoio de órgãos de preservação.

Como objetivo desta pesquisa é analisar como se decorreu o processo de patrimonialização das edificações no município de Passo Fundo na década de 1990. Assim buscou-se como objetivos específicos: a) compreender o conceito de patrimônio histórico-cultural; b) estudar as políticas de salvaguarda do patrimônio no Brasil; c) investigar as leis promulgadas em prol da preservação do patrimônio cultural da cidade; e d) analisar o impacto social da patrimonialização na comunidade de Passo Fundo, especialmente no âmbito cultural.

Com a constante crescente aceleração da urbanização em âmbitos imobiliários, se tem por diversas vezes conflitos imobiliários com as políticas de tombamento e de conservação, fazendo com que se tenha um risco maior com toda integridade das edificações históricas, dificultando a preservação dos patrimônios coletivos. Diante disso precisa-se uma conscientização na importância cultural e histórica na sociedade Passo Fundense e gestores públicos, gerando lacunas em aplicações práticas de preservação, sendo assim uma patrimonialização fragmentada em muitos casos se tornando ineficaz. Portanto, uma das grandes questões que se coloca é como equilibrar o desenvolvimento acentuado urbano com a necessidade de proteger a memória da história local da cidade sem que um prejudique o outro.

A preservação do patrimônio histórico é um fator essencial para a manutenção da identidade cultural de uma comunidade (Lopis, 2017), bem como da sua memória coletiva. Em se tratando de Passo Fundo, que passou por um processo de urbanização consideravelmente rápido entre os anos de 1980 a 2000, torna-se crucial compreender os impactos desse processo nas edificações históricas da cidade. Dessa forma, a presente pesquisa justifica-se pela necessidade de investigar de que maneira as mudanças socioeconômicas influenciam a preservação do patrimônio histórico de uma cidade. Ademais, é importante observar as estratégias utilizadas para garantir a continuidade dos valores culturais e históricos e quais políticas públicas foram utilizadas em prol desse processo.

A análise do contexto sociopolítico pertencente ao período dos acontecimentos oferece percepções valiosas para a formulação de políticas públicas eficazes e sensíveis à história local. As lições aprendidas por meio do estudo da cidade de Passo Fundo podem servir de base para que outras cidades enfrentem desafios semelhantes e possam elaborar políticas ainda mais efetivas, de acordo com a realidade local. A relevância do presente estudo também tangencia a valorização do patrimônio cultural como um recurso para o desenvolvimento sustentável, uma

vez que favorece o senso de humanidade e de cidadania dentro da comunidade, além de promover o turismo cultural e fortalecer o desenvolvimento da cidade. Dessa forma, a presente pesquisa não só busca contribuir para o entendimento histórico e cultural de Passo Fundo, como também pode influenciar positivamente a preservação e valorização de patrimônios, mesmo em contextos urbanos dinâmicos dos quais a evolução constante faz parte.

Embora a preservação do patrimônio histórico seja assunto amplamente debatido no meio acadêmico, é importante que também sejam levadas em consideração as políticas públicas que permitem ou interceptam ações relacionadas aos bens patrimoniais, sejam eles materiais ou imateriais. Os principais aspectos das políticas públicas relacionadas ao patrimônio, de acordo com Meira (2004), são divididos em seis categorias principais: preservação do patrimônio; centralização e institucionalização; designação oficial; ampliação do conceito de patrimônio; participação dos cidadãos e inspiração internacional.

Nas últimas décadas do século XX, as transformações impulsionadas pelas políticas de revitalização atingiram os centros urbanos de forma abrupta. Os esforços em torno das mudanças sociogeográficas visavam a reintegração das áreas históricas no cotidiano urbano, além da conservação propriamente dita. Com a chegada dos anos 1990, o Brasil conheceu a força da política neoliberal, que coincidiu com novas iniciativas de revitalização, contemplando diversas cidades e muitas áreas urbanas abrangentes. Algumas dessas experiências inspiraram projetos bastante conhecidos nacionalmente, como o Corredor Cultural do rio de Janeiro (Lima, 2007), enquanto outras tiveram como seu principal objetivo o turismo. No entanto, ainda houve projetos que “artificializaram” os espaços sociais, transformando-os em museus urbanos.

Na virada para os anos 90, um novo contexto claramente marcado pela política neoliberal no país coincide com iniciativas novas de "revitalização" de centros urbanos – Salvador, Recife, Vitória, Porto Alegre, São Paulo e muitos outros. Algumas experiências foram inspiradas no pioneiro e sério trabalho do Corredor Cultural do Rio de Janeiro ou no projeto Praia Grande de São Luís. Outras tiveram no turismo o seu objetivo principal como as experiências recentes de Salvador e Tiradentes. Acabaram provocando um processo de artificialização de espaços de grande vitalidade social, reduzindo-os a “museus urbanos” (Meira, 2004, p. 8).

A partir das primeiras tomadas de decisão a respeito da preservação e revitalização do patrimônio histórico nos grandes centros urbanos, outras cidades foram gradualmente recebendo o impacto das políticas que surgiam, ora para inspirar, ora para refletir a respeito. Nesse contexto de mudança e movimentação governamental, a cidade de Passo Fundo também passou a organizar-se quanto à legislação direcionada ao patrimônio histórico existente, bem como à integração de novos itens materiais e/ou imateriais.

Além disso, outros escritos pertencentes à referida lei também regulamentaram a distância permitida para construções de prédios com mais de 8 metros – construções mais altas do que 8 metros deveriam ser iniciadas, no mínimo, há 15 metros das laterais dos prédios tombados (Passo Fundo, 1990) – e, posteriormente, delimitar-se-ia o perímetro da área tombada.

A partir dessa promulgação, outras leis subsequentes foram surgindo, de acordo com a necessidade de proteção e valorização do patrimônio histórico de Passo Fundo. O poder público aparentemente agiu conforme as modificações ocorriam. Vale salientar que o contexto sociopolítico do Brasil a partir da década de 1990 apresentava desafios econômicos significativos para diversas regiões do Brasil e as iniciativas políticas provavelmente tiveram como base a completude dos acontecimentos sociais do período.

Dessa forma, as fontes consultadas para a construção da presente pesquisa são as leis de regulamentação do patrimônio histórico e sua preservação. A publicação dos postulados pode ser encontrada no site da Prefeitura Municipal de Passo Fundo (<https://leismunicipais.com.br/>), no qual é possível fazer a leitura de todos os artigos e incisos. Além das leis, também outra fonte utilizada é a imprensa local, por meio dos jornais *O Nacional* e *Diário da Manhã*.

Portanto, os jornais da época em Passo Fundo desempenharam papéis fundamentais, perante pouco abrangente sobre esses assuntos, abordando impactos da urbanização acentuada e as dificuldades em se manter esses espaços históricos em harmonia com essa crescente, por vezes entrando em defesa em prol do lado histórico para a sociedade e se manter em pé a cultura histórica Passofundense.

Busca-se, assim, investigar as leis municipais que preservam e integram patrimônios históricos da cidade de Passo Fundo. A partir das leis e do contexto que constroem economicamente o período contemplado entre os anos 1990 e 2000, estuda-se a patrimonialização de edificações históricas da cidade e dos impactos sociais que a preservação patrimonial e a continuidade da história de uma comunidade podem causar para as futuras gerações.

CAPÍTULO 1 - PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL: CONCEITUAÇÃO E IMPORTÂNCIA

No presente capítulo será realizada uma análise sobre as leis que promovem a identidade cultural e memória coletiva, trazendo um cenário sociopolítico e econômicos, construindo uma pesquisa de conscientização social para educação patrimonial, enfatizando a preservação para uso coletivo, levantando uma abordagem metodológica e bibliográfica, fazendo, com que esse estudo faça compreender as intenções das legislações perante a preservação de uma identidade de uma sociedade passada, sempre ressaltando que a relevância dos patrimônios em uma construção de uma memória coletiva.

1.1 Conceituação e Relevância

A preservação do patrimônio histórico cultural de uma cidade é fundamental para que seja mantida a identidade cultural, coletiva construída pela comunidade ao longo dos anos. Zanotto e Machado (2012) contribuem para o estudo da patrimonialização quando organizam uma obra cujo cunho narrativo centra-se na importância dessa preservação, com destaque para o papel crucial do conhecimento a respeito do patrimônio e o papel crucial da educação patrimonial nesse processo.

Os bens culturais e coletivos se entrelaçam intimamente e se relacionam com a identidade da memória de um grupo da comunidade, são representados por manifestações que assim expressam valores, crenças e diversas práticas e tradições da sociedade. Incluindo assim as edificações históricas de nossa sociedade. Quando esses bens, perante a um grupo social são reconhecidos e valorizados, com diversos elementos que valorizam a identidade histórica local, sendo transformados em patrimônios. Esse processo de patrimonialização não envolve somente um reconhecimento formal, mas junto uma construção de valor simbólico que se compartilha coletivamente. Assim o bem cultural se torna um patrimônio quando é formalmente reconhecido e indispensável na preservação de memória coletiva e também em uma identidade da comunidade, mantendo preservado e transmitido às futuras gerações.

No processo da construção da identidade cultural de uma comunidade, a memória e a história são elementos centrais (Zanotto; Machado, 2012). Enquanto a história, por si só, é capaz de oferecer um relato estruturado e interpretativo dos acontecimentos passados, a memória - individual e coletiva - serve como um repositório de vivências e experiências capazes de enriquecer um povo por meio da continuidade da sua cultura. O patrimônio, por sua vez, faz

parte da representação materializada desses elementos e engloba esferas como a dos bens culturais, das edificações e das tradições e manifestações artísticas que constituem a herança de um povo.

Patrimônio. Esta bela e antiga palavra estava, na origem, ligada às estruturas familiares, econômicas e jurídicas de uma sociedade [...] segue hoje uma trajetória diferente e retumbante. Patrimônio histórico. A expressão designa um bem destinado ao usufruto de uma comunidade que se ampliou a dimensões planetárias, constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que se congregam por seu passado comum [...] O culto que se rende hoje ao patrimônio histórico deve merecer de nós mais do que simples aprovação. Ele requer um questionamento, porque se constitui num elemento revelador, negligenciado mas brilhante, de uma condição da sociedade e das questões que ela encara (Choay, 2017, p. 11-12).

Segundo Choay, embora tenha passado por leves variações de significância e de sinonimidade¹, o patrimônio histórico representa, de forma bastante significativa, os aspectos culturais de uma comunidade. Isso não ocorre apenas com os tombamentos, mas inicia-se com a percepção de que é possível perpetuar a historicidade de um povo por meio da expansão da sua cultura, seja através das narrativas orais, ou dos patrimônios concretos, como as edificações.

Riegl (2019) compreende o patrimônio histórico cultural através de diferentes tipos de características apresentadas pelos monumentos. De forma geral, segundo Riegl, há três características de valor que se fazem necessárias para que seja possível identificar um patrimônio histórico: o valor de antiguidade, que refere-se ao tempo cronológico que atribui, naturalmente, um valor aos objetos, já que a percepção de passagem de tempo confere importância aos monumentos que comprovam épocas passadas; o valor histórico, relacionado à importância de um monumento/objeto como testemunho de um período específico da história, que marca um povo ou lugar; e o valor comemorativo, que enfatiza a função dos monumentos em se tratando de honrar eventos, pessoas e épocas significativas e/ou transformadoras para a construção da história de um lugar. O autor argumenta, em sua obra *O culto moderno dos monumentos* (2019), que esses valores são mutuamente necessários, mas que a preservação de um patrimônio histórico cultural deve considerar toda a complexidade interativa desses valores. Além disso, enfatiza a importância do equilíbrio na abordagem da conservação e restauração

¹ Palavra utilizada para referir-se aos sinônimos que já foram atribuídos ao termo “patrimônio”, como o termo “monumentos históricos”, por exemplo. Na atualidade, a equivalência não poderia ser utilizada, uma vez que os monumentos históricos se referem, essencialmente, às edificações tombadas como fontes históricas em recortes de tempo exclusivamente passados, enquanto o patrimônio, com o significado que carrega hoje, deixa de ser representado apenas pelas heranças históricas e passa a aceitar a inclusão de novos bens patrimoniais, além do alargamento do quadro cronológico e geográfico dos acontecimentos (Choay, 2017), o que configura, em suma, a patrimonialização, cuja presente pesquisa toma por objeto a ser investigado.

de monumentos, pois é respeitando a integridade histórica e a significância cultural dos monumentos que a historicidade é preservada.

Dessa forma, ainda que uma cidade inteira sofre mudanças constantemente para que possa acompanhar a globalização, a urbanização e os avanços tecnológicos, a preservação da cultura e das tradições permanece constituindo uma importante esfera cultural.

Passo Fundo demonstra suas múltiplas identidades, reconhecendo os elementos do imaginário da comunidade e da comunidade imaginada. A cidade também é uma comunidade originada pela diversidade e pluralidade, pela continuidade e pela mudança sociocultural, pela tradição e pela história, por elementos materiais e mentais. Com tal consideração referendada pelo poder público, a partir de 1995, o município empreende uma política de tombamento e preservação do patrimônio de valor histórico, arquitetônico, paisagístico e cultural (Guidolin; Zanotto, 2012, p. 82).

Para uma melhor compreensão do patrimônio histórico de Passo Fundo, é necessário que sejam analisadas diversas conceituações do termo, uma vez que a amplitude histórica dos fatos pode gerar margem para interpretações subjetivas, o que não faz parte dos objetivos do trabalho. Batistella (2011), expressa a ligação intrínseca entre a ideia de patrimônio histórico cultural à própria ideia de patrimônio cultural, que se liga aos “bens culturais”, definidos como toda a produção humana reconhecida como tal. O autor faz referência a produções de ordem emocional, material e intelectual, independentemente da origem ou época em que foram concedidas. O patrimônio histórico não se refere somente às edificações ou arquiteturas, mas inclui o patrimônio documental e arquivístico, bem como o bibliográfico, hemerográfico², iconográfico³, museológico, arqueológico, entre outras heranças culturais de cada local.

No entanto, em consenso com os demais autores consultados, Batistella (2011) reconhece a característica essencial para que um bem seja patrimônio histórico cultural: é necessário que o reconhecimento público e político o veja como tal. Além do reconhecimento público do patrimônio, a educação patrimonial desempenha um papel importante na sensibilização das novas gerações sobre a importância de valorizar o patrimônio histórico e de preservar as culturas e costumes advindos dos antepassados de determinada comunidade.

De acordo com Zanotto e Machado (2012), a educação patrimonial não se trata apenas da divulgação de informações a respeito do patrimônio, mas da construção de conhecimentos que fazem parte da formação cidadã e da compreensão dos indivíduos a respeito da história e

² Refere-se às fontes de informação provenientes de periódicos como jornais, revistas, etc. Relaciona-se a publicações que têm um ciclo regular. Nas pesquisas, um levantamento hemerográfico é comum para entender contextos históricos, sociais ou culturais em determinado período.

³ Refere-se às fontes e materiais imagéticos, como fotografias, pinturas, gravuras, desenhos, mapas, entre outros. Na pesquisa, a iconografia é utilizada para interpretar imagens.

cultura da sua comunidade, bem como da sua identificação com os aspectos históricos de outras gerações.

A construção do referido conhecimento também depende da interdisciplinaridade abrangente do patrimônio, uma vez que, além das condições históricas, as condições geográficas e econômicas também influenciam significativamente nas mudanças sociais que ocorrem ao longo do tempo. Como afirmam Guidolin e Zanotto (2012), as áreas de História, Geografia e Sociologia se entrelaçam na análise e na preservação dos bens culturais. Isso porque, além dos aspectos históricos, as vivências da comunidade e as modificações do espaço também são parte integrante da transformação dos cenários históricos. Nessa linha de raciocínio, a história oferece o contexto cronológico dos acontecimentos e das edificações, ao passo que registra os tombamentos e novos patrimônios agregados; a geografia, nesse elo, é a área que analisa a relação entre os elementos considerados patrimônio e o espaço físico no qual estão localizados; e a sociologia contribui para a compreensão desses acontecimentos. É por meio do estudo do comportamento da comunidade e das dinâmicas sociais e culturais que a moldam que se torna possível registrar e valorizar a riqueza patrimonial de determinado lugar.

A preservação do patrimônio enfrenta, no entanto, desafios significativos devido à globalização e à transformação da forma como a sociedade se estrutura. A urbanização e modernização de cidades também faz parte do contexto de transformação global e, muitas vezes, conflita com a conservação de edificações e de espaços históricos quando estes passam a ser vistos como obstáculos para a continuidade da modernização das cidades.

Tratar de patrimônio e não mencionar a arquitetura é quase impossível. Grande parte das obras ou monumentos históricos passíveis de serem preservados, é constituída por milhares de edifícios executados nas mais diversas épocas e regiões do mundo. Alguns deles podem pouco representar aos olhos de uma sociedade; muitos nem mesmo possuem um estilo ou método construtivo definido, porém a maior parte deles traz consigo sua história, ilustrando a capacidade construtiva de uma época e possibilitando encontrar outras tantas informações sobre seus costumes e modos de vida (Cruciol; Suzuki, 2020, p. 25).

As histórias que são contadas através das edificações construídas ao longo dos anos ficam à mercê das políticas públicas, que devem regulamentar a viabilidade da sua preservação. No entanto, a preservação de edifícios também diz respeito à função que eles assumem: atrair investimentos que agreguem valor econômico à localidade. Por vezes, a urbanização das cidades não permite que certas edificações antigas se encaixem em novos cenários das cidades. No entanto, o valor econômico que reside na possibilidade de preservação se volta, também, ao turismo e implica em preservar os edifícios. Para tanto, podem ser criados novos usos – e novas

funções – para as edificações (reestruturação funcional) e/ou pode ser dada maior eficiência às funções já atribuídas às edificações (regeneração funcional)⁴.

Observa-se, no Brasil, que a maior parte de sítios ou edifícios preservados encontra-se em locais onde ocorreram os chamados ciclos econômicos, como o do café, do ouro e da cana-de-açúcar. Isto acontece porque nestes determinados locais, a memória se faz presente por si só, e é do interesse da própria comunidade que as partes ou o todo sejam mantidos como quando foram criados. Muitas destas cidades tornaram-se provas vivas da história do país, o que colabora no incentivo ao turismo e que, por sua vez, acaba por movimentar grande parte de sua economia e serviços. A principal vantagem, porém, é a criação de uma identidade própria, o que as diferencia de todo o resto, além de fazê-las conhecidas nacional ou internacionalmente (Cruciol; Suzuki, 2020, p. 27).

A partir dessa premissa, compreende-se a importância da preservação do patrimônio histórico de uma cidade, que pode ocorrer por mais de uma razão: científica, quando os bens culturais representam as diversidades de ambientes e fenômenos e são fonte de compreensão das mudanças sociais, culturais e econômicas de um lugar; afetiva, quando os bens culturais representam a ligação do homem com o espaço de vivência, de comunicação e de organização no espaço, que representa a cultura construída por ele ao longo do tempo; e a razão política, uma vez que a preservação diz respeito à polis, à política e à própria cidadania (Cruciol; Suzuki, 2020).

Na atualidade, muito se fala academicamente sobre proteger a história das coisas, a história dos povos e dos lugares, mas pouco se fala como deve ser feita esta proteção e como ela se burocratiza. Passada muitas vezes como uma parte sem significância do jornal aos olhos de quem assiste, todo noticiário sobre patrimônio histórico é deixado de lado pela população geral, pelo simples entendimento de que é algo distante da sua realidade e até supérfluo diante de todos os problemas sociais que habitam as suas vidas.

Funari e Pelegrini (2009) identificam o problema de que grande parte do patrimônio histórico, no qual muito é tombado pelo Estado ser algo velho, antigo e excludente da verdadeira representação social brasileira que vem dos ameríndios, afros-brasileiros e outros

⁴ Reestruturação e regeneração funcional são termos usados pelos autores (Cruciol; Suzuki, 2020) para diferenciar as novas funções que podem ser atribuídas às edificações históricas de um local. A partir da realização dessas práticas, espaços construídos para atender novas necessidades não deixam de garantir a preservação do patrimônio histórico e cultural, ao mesmo tempo que atendem à demanda funcional contemporânea. A reestruturação consiste na adaptação e modificação de edifícios existentes no intuito de atribuir novos usos a eles, sem, no entanto, comprometer as características arquitetônicas e históricas que permitem seu reconhecimento como patrimônio. A regeneração funcional, por sua vez, abrange a revitalização de áreas urbanas em maior escala geográfica. Com essa técnica, áreas urbanas inteiras são transformadas e espaços públicos são organizados de modo a promover sustentabilidade e qualidade de vida, sem deixar de proteger os elementos históricos e culturais da área. Além disso, a avaliação contínua acontece para que os objetivos da regeneração sejam alcançados de modo eficiente e sustentável, sem danificar a cultura histórica da região.

povos mais, que juntos moldam uma rica diversidade de elementos culturais que ultrapassam as paredes arquitetônicas datadas do período imperial. Porém, cabe aqui salientar que esta grande discussão não é o foco principal da pesquisa, portanto, ela vai se ater como um ponto característico para maior entendimento do patrimônio histórico em geral. Mas muito se engana quem segue a ideia de que patrimônio histórico e cultural é algo apenas velho e distante da sua vida ou realidade social, pois pelo contrário, um patrimônio está essencialmente ligado às raízes da vida de um povo, de onde veio, como se estabeleceu, porque permaneceu, o que se tornou e para onde irá. Todas essas perguntas e muitas mais se respondem na representação que cada patrimônio carrega, na identidade que ele constrói e na memória que ele mantém.

É conveniente iniciar imaginando sobre a transmissão da herança, que passa de um indivíduo para outro indivíduo e pode ter valor econômico, emocional ou espiritual, ela, a herança é um ponto mais propício para entendermos a ideia de patrimônio, pois no momento em que o indivíduo toma posse de uma foto da família, de um ritual que os pais ensinam enquanto a filhos aprendem, de um relógio que está por gerações na família e representa a técnica adquirida para consertar peças do mesmo gênero, o sujeito obtém conhecimento da origem e da história de sua própria vida e da vida de sua família, portanto toma como seu patrimônio estes bens, costumes, crenças e cultura atemporal.

A partir do entendimento de um patrimônio individual, que carrega significados e sentimentos de antepassados, podemos espelhar a noção para o coletivo, porém há uma diferenciação a ser feita no coletivo refletindo as relações e interações sociais “O patrimônio individual depende de nós, que decidimos o que nos interessa. Já o coletivo é sempre algo mais distante, pois é definido e determinado por outras pessoas” (Funari; Pelegrini, 2009, p. 9), portanto, necessita atenção às interações sociais e ao que se encontra de comum com o outro, requer o equilíbrio e a identificação do que faz sentido para ambos os lados.

Tratando do coletivo, é imprescindível considerar que o sistema de vida coletivo não é um simples aglomerado de indivíduos, é algo mais complexo, há um movimento constante que molda, constrói e reconstrói se desenvolvendo pelas interações sociais e processo histórico. Portanto, a cultura se funde no corpo, a linguagem e as formas de ação que o indivíduo promove, bem como as coisas que produz tem profunda influência da forma social que se estabelece ao seu redor. A mediação das atividades humanas se dá pelos signos que são criados e representados como uma maneira de se relacionar com o outro, e os sentidos que são propriedades do signo, propriedades de características inexatas e instáveis. Os signos estão mais ligados ao coletivo, enquanto os sentidos estão mais ligados ao individual, então os significados são o resultado de vários sentidos se cruzando. Assim se forma e se reforma a consciência

coletiva que está em permanente modificação. “Toda atividade humana produz cultura” (Zanella, 2020, p. 37), então tudo que acontece ao redor do sujeito é fruto de si e do outro. Por este motivo a produção social da cultura mesmo parecendo distante deve ser encarada como uma parte próxima do individual seja ela material ou imaterial.

O valor de um bem é construído de modo coletivo, representando um grupo ou uma comunidade e esta representação se dá de maneira simbólica. O símbolo é algo que está no lugar de outra coisa, ou seja, uma igreja que presenciou muitos ritos de passagem em uma comunidade se transformou em um símbolo cultural daquela comunidade, e é valorizada coletivamente se tornando uma representação da história que o povo habitante deste ambiente viveu. O sentimento de pertencimento de um povo se solidifica pela conexão ou vínculo que ele cria, tendo algo em comum para chamar de seu e de nosso, como a igreja antiga que acolheu a todos que ali chegavam.

Nesse contexto surge a ideia de patrimônio, como uma categoria simbólica de propriedade coletiva, uma espécie de biografia de um povo, com valor significativo da sua cultura, seja material ou imaterial, estabelecendo as relações entre indivíduos formando assim uma sociedade que molda seus costumes, línguas, estruturas, crenças, valores e por fim toda sua cultura.

Pode-se datar a mudança no conceito geral de patrimônio que vai de um bem privado e aristocrático para um bem coletivo e mais tarde comum a partir do século VI, na Idade Média, com grande influência do cristianismo que difundiu a valorização de relíquias sagradas, dos rituais praticados coletivamente e de lugares. Com estas mudanças sociais a aristocracia, sem saber o valor mundial que isto teria, cria catedrais para representar o seu patrimônio coletivo e sua diferenciação da população em geral. Mais tarde, os renascentistas a partir do século XIV e os humanistas no século XV iniciam um movimento de valorização da antiguidade e coleta de tudo que viesse dos povos e culturas antigas fortificando as ideias de patrimônio histórico cultural como um bem coletivo.

Mas foi no surgimento de Estados nacionais que se desenvolveu o conceito moderno de patrimônio, mais especificamente na Revolução Francesa que quebraria toda a estrutura monárquica existente até então, que mantinha a crença de patrimônio privado de acesso apenas a pequena parte da população que se declarava nobreza. A República buscando um novo elo para difundir o sentimento de pertencimento e a população compartilhar novas crenças e costumes que carregavam a sua origem em comum encontra na doutrinação de suas escolas o lugar ideal para desde cedo nas crianças criar este hábito de valorização da reprodução coletiva e cultural.

Então se inicia um processo de divulgação e discussão e o patrimônio ganha mais destaque e palco para se desdobrar e formular até as definições que chegamos nos dias atuais. Carlos Lemos (1981) em sua obra inicia por uma ideia já traçada repartindo o patrimônio em três categorias de elementos que se complementam, uma delas é a categoria de patrimônio da natureza que seriam os recursos naturais que muitas vezes são a matéria prima para a vida e a habitação, aqui se atém a sua importância como o clima que condiciona a vivência de uma ou de outra maneira, a paisagem repleta de referências, que traça caminhos para se sustentar estruturas, residências como a proximidade em viver ao lado de rios, a necessidade de madeiras para construir objetos de uso rotineiro, uma área adequada para plantio e outra para caça, entre outros.

Outra categoria a ser destacada é a de conhecimentos, técnicas e saber que compreende a audácia do homem em saber fazer, ela é representada pela capacidade do ser humano de criar, recriar e sobreviver em meio a natureza que pertence a categoria descrita anteriormente, se trata do que o homem apreende para construir, se divertir, rezar, guiar, acreditar, transformar tudo que está no meio ambiente e ao seu redor, como a interação com a terra solta que ao ser comprimida se torna solo confiável para a construção de uma casa que será feita com madeiras retiradas com uma técnica certa e montadas com um conhecimento a favor do clima e do tempo que ali dispõe.

A última categoria que vem a ser a junção das duas já conceituadas é a de “bens culturais que englobam toda sorte de coisas, objetos, artefatos e construções obtidas a partir do meio ambiente e do saber fazer” (Lemos, 1981, p. 10). Vale ressaltar que esta é a categoria mais palpável e visível para o conceito de patrimônio por ter seu objeto de estudo a matéria que é produto da mão e da socialização humana. Ela engloba uma ampla quantidade de elementos como imóveis arquitetônicos, objetos confeccionados para algum uso rotineiro, objetos criados para cultuar ritos e manter memórias materiais como estátuas, entre outros diversos bens que podem ser usados como forma de interpretação de um povo e período.

A partir deste breve parecer sobre cada elemento, que pode ser julgado como patrimônio histórico, a concentração será feita sobre os bens culturais e a concepção de artefato. Para observar e explicar o artefato é imprescindível levar em conta as relações que existem entre o homem, a natureza, o conhecimento e o artefato. Deve ser aberto aqui um espaço para refletir até onde um artefato tem significado, se fragmentado e levado para longe de seu contexto de criação e utilidade ele continua sendo um artefato representativo de cultura e história? Ao ser fragmentado e distanciado de sua contextualização ele acaba perdendo muitas vezes o vínculo com o povo, ou município que originou a sua utilidade e deparando com o conceito de utilidade

é possível usar de sinônimo serventia ou função, portanto pode ser entendido que o artefato perde a sua função primordial que é representar algo. É entendido em consequência disto, que se mantém a originalidade do artefato mantendo o mesmo em seu contexto histórico e cultural, continuando assim a fomentar sua utilidade para aquele município ou povo distinto.

“Podemos encarar os artefatos segundo a sua utilidade imediata ou segundo a sua durabilidade ou persistência” (Lemos, 1981, p. 12). Também pode ser empregado ao artefato uma vida útil, bem como uma substituição de sua serventia pela mudança nos costumes e ainda uma modificação para acompanhar os novos moldes da sociedade, tudo isso é caracterizado para dar forma ao artefato em si.

Lemos traz uma problemática sobre a modificação de estruturas para uma inovação, que passam de gerações em gerações e quando recriadas acabam sendo frias sem a alma da estrutura saindo do seu meio original, pois a verdadeira conexão se percebe por exemplo na tecnologia primitiva que era utilizada pelos índios e portugueses recém chegados para a construção de suas moradias, ou no instrumento de comunicação que era necessário para determinada geração, transpondo assim uma rica e profunda contenção de informações sobre a vida que ali se viveu e mesmo com as gerações transcorrendo o tempo não morreu. No próximo capítulo a discussão sobre modificações e reformas será ampliada para melhor desenrolar esta compreensão.

O fator da industrialização também é preocupante, pois como ela uniformiza os artefatos e criando uma quantidade de iguais exorbitantes se perde a representatividade cultural de uma época, lugar e povo esvaziando o elo e a cultura humanizada e alterando permanentemente as formas ou sistema de bens culturais. Assim é identificada a sacralização de um objeto, pelo esvaziamento de sentido e de valor único do artefato se cria um sentimento artificial onde um artefato igual a muitos outros se destaca pelo fato de ter participado de um evento tratado como histórico e assim se enchem museus de peças vistas no dia a dia que se tornam especiais pela simples participação de um momento único de determinado Estado, ou comunidade, ou grupo religioso, entre outros.

A ideia de guardar bens culturais no passado era vinda de classes dominantes e poderosas, para simplesmente preservar o exótico, que ao final não representaria um grande grupo de costumes e cultura. Posteriormente se mudou a ideia da guarda para evidenciar os hábitos e costumes do dia a dia de uma nação e apreender tudo que for possível de sua estrutura cultural e salvar a memória. A história, a antropologia, museologia e outras disciplinas hoje discutem a ideia de guardar para manter a memória e a presença de todos os povos que passaram e passam pela terra, mostrar a pluralidade de culturas e os movimentos que produzem a vida e a sua continuidade.

A preservação é um assunto que vem sendo abordado recentemente, apenas do século XIX para cá, um assunto emergente mas de extrema importância para o que diz respeito ao patrimônio. Preservar se entende por toda ação de manter livre de degradação, resguardar e conservar um elemento, portanto, um patrimônio cultural deve preservar uma representação da cultura ali delimitada, tendo o cuidado de na apreensão da amostra não fragmentar esta representação a ponto de ela perder o sentido cultural a ela empregado.

O patrimônio histórico cultural é tido como a identidade representada em forma simbólica de um povo, Estado ou nação, sendo assim é dever de todos os indivíduos preservar e respeitar todo e qualquer recurso natural, conhecimento e bem comum que reconheça a origem e a personalidade do seu povo, costumes, línguas e crenças. Intervindo ações necessárias para manter a sua valorização. “Preservar é manter vivos, mesmo que alterados, usos e costumes populares” (Lemos, 1981, p. 12). É ainda, visibilizar sítios, construções e todas as estruturas destinadas ao apagamento pelo tempo e a quebra de costumes tradicionais que a modernidade trouxe.

É dito por Funari e Pelegrini (2009) que o que se preserva com o tempo é fruto não dos monumentos, mas das escolhas feitas pelos responsáveis em salvaguardar conjuntos representativos. É interessante pensar aqui sobre o interesse de se preservar, pois a diversidade de grupos sociais que atravessam suas crenças uns sobre outros leva a conflitos de interesse sobre o que se deve preservar, o que tem valor de guarda para governantes, muitas vezes diverge do que tem valor de guarda para um grupo religioso, ou acadêmico e outros mais.

A Lei nº 2608, de 25 de setembro de 1990, por exemplo, determinou, dentre outras providências, o tombamento de prédios para integrarem o patrimônio histórico de Passo Fundo. Em seu Artigo 1º, postula-se que:

Fica tombado e passa a integrar o patrimônio histórico do MUNICÍPIO o conjunto arquitetônico localizado na Avenida Brasil Oeste e constituído pelos prédios onde funcionaram a Prefeitura e Câmara Municipal e também o prédio da Academia Passofundense de Letras, cujas características só podem ser modificadas para restauração de seu aspecto original (Passo Fundo, 1990, p. 1).

Na década de 20 somente o Brasil iniciou uma movimentação para preservar obras arquitetônicas. Lemos (1981) traz a informação de que o deputado Luiz Cedro em 1923 apresentou um projeto de lei para preservar o que considerava até então patrimônio cultural de interesse nacional, incluindo a criação de uma inspetoria para conservar determinados imóveis. Assim, outros também apresentaram com o tempo, projetos para preservar móveis e imóveis que consideravam representações da nação.

Em 1936, Mário de Andrade traz um projeto de lei mais bem estruturado definindo o termo Patrimônio Artístico Nacional para abranger um grande acervo de obras de arte caracterizando em pura ou aplicada, popular ou erudita, nacional ou estrangeira, que ele considerava ideal pois englobava tudo que passava pela habilidade humana de produção e apreensão, como instrumentos de caça, de agricultura, objetos de uso para trabalho e doméstico, cantos, lendas, vocabulários, culinária e medicina tradicional, livros, mapas, mobílias, artefatos, esculturas, arquiteturas e até elementos das paisagens, enfim vasta categoria de manifestações do homem que serviria como modelo para regulamentar o que viria a seguir.

O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) foi o primeiro órgão federal de proteção ao patrimônio cultural brasileiro, ele começou a funcionar em 1936, porém foi oficialmente criado em 1937 com a Lei nº 378 juntamente com um decreto que regulou o ato de tombamento de bens móveis e imóveis. Mesmo limitando seu conceito de patrimônio a bens de interesse público, o órgão foi um importantíssimo passo para o futuro patrimonial brasileiro. Atualmente o seu nome é Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e conta com variadas frentes de atuação em praticamente toda a extensão territorial do país, para promover educação patrimonial, pesquisas, programas, projetos, acervos e serviços que mobilizam o tombamento, registro e toda gestão patrimonial brasileira.

A Constituição brasileira ainda em 1934 “[...] declarou o impedimento à evasão de obras de arte do território nacional e introduziu o abrandamento do direito de propriedade nas cidades históricas mineiras, quando esta se revestisse de uma função social” (Funari; Pelegrini, 2009, p. 44).

E sancionou em 1937, tornando um grande marco para a proteção de patrimônio cultural e abrindo caminho para os processos de tombamento de bens coletivos pelo decreto lei n. 25/1937. Tudo isto sendo feito em conjunto com o SPHAN. Muitas ações de lá para cá foram feitas para disseminar a importância da conservação e valorização dos bens sociais brasileiros e o entendimento de que não apenas museus e órgãos governamentais, mas ainda voz e conscientização na educação e oficinas com a comunidade, dentre muitos outros movimentos são tão importantes para promover o cuidado e olhar de pertencimento com os bens culturais.

Acerca de uma longa discussão sobre o que se julgou necessário preservar ao longo do tempo, acredita-se que a construção de uma análise minuciosa é necessária, partindo do princípio de como se forma a identidade de um povo à medida que o tempo passa, chegando a um caminho sólido de relações que ultrapassam a barreira de tempo, ou seja, primeiramente se identifica a interação humana originalmente traçada e depois se analisa as relações que se mantém através do tempo e espaço que sucede. Após a definição destas relações se formula o

caminho da identidade cultural de determinado povo e se mostra o conjunto de bens a ser preservados. É um trabalho complexo e essencial à organização e classificação destes bens catalogados e tombados para proceder com o intuito de representar e salvar a história. Existem mecanismos estruturados para fazer a coleta e catalogação de bens patrimoniais, como registro, inventário e tombamento.

O tombamento é o instrumento jurídico para a proteção dos bens culturais de natureza material. O registro é o instrumento legal de proteção dos bens culturais de natureza imaterial. O inventário é um instrumento de proteção dos bens culturais de qualquer natureza. Tombar é proteger uma capela, um imóvel, uma gruta, um conjunto urbanístico. Registrar é, sobretudo, o ato de promover uma festa, um modo de fazer, uma manifestação religiosa como forma de proteger bens que dependem, para a sua preservação, da participação do homem, presença tão finita! O inventário é um processo administrativo onde se identificam os valores culturais de um bem cultural, seja de natureza material ou imaterial” (Miranda *et al.* 2009, p. 50).

Batistella acrescenta que a palavra *tombar* com significação do direito português vem do sinônimo de demarcar, que traz uma simplificação para expressar que a posse é tomada pela instância governamental.

Sendo assim, na atualidade temos a definição mais segura e chancelada sobre patrimônio cultural brasileiro trazido pela Constituição (1988), o artigo 216:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. § 1º O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação. § 2º Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem. (Vide Lei nº 12.527, de 2011) § 3º A lei estabelecerá incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais. § 4º Os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos, na forma da lei. § 5º Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos. § 6º É facultado aos Estados e ao Distrito Federal vincular a fundo estadual de fomento à cultura até cinco décimos por cento de sua receita tributária líquida, para o financiamento de programas e projetos culturais, vedada a aplicação desses recursos no pagamento de: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003) I - despesas com pessoal e encargos sociais; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003) II - serviço da dívida; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003) III - qualquer outra despesa corrente não vinculada diretamente aos investimentos ou ações apoiados. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003).

Buscando as melhores maneiras de se preservar, deve haver uma ação preventiva, adotando medidas de conservação que garantam a integridade, evitando que o patrimônio se deteriore ou desapareça. Quando for necessária a restauração ela deve ser feita com cuidado para não comprometer a autenticidade do patrimônio. As intervenções devem respeitar os elementos originais e utilizar técnicas que garantam a preservação das características históricas do bem. É interessante ainda a criação de leis e regulamentos que assegurem a proteção dos bens culturais, além da criação de planos de gestão para o patrimônio histórico, com a participação de profissionais especializados e da comunidade.

Acerca das regulamentações é essencial conceituar políticas públicas e a sua considerável contribuição no âmbito de preservação dos patrimônios. Há várias definições aceitas para interpretar o conceito de políticas públicas, porém aqui vamos nos orientar pelo entendimento geral de Batistella (2009) de que se tratam de ações do poder público geralmente oficializadas e transitadas por documentos como leis, projetos e emendas que influenciam diretamente a vida dos cidadãos e são sediadas por instituições e recursos públicos. Certamente as políticas públicas são responsáveis por obter uma concretude e reconhecimento de bens patrimoniais e talhar instrumentos de efetivação histórica material de bens. Deve-se aqui frisar pelas palavras de (Miranda *et al.* 2009, p. 71) que “ A proteção pretendida na Constituição tem assim três dimensões fundamentais: a criação, a difusão e a conservação do patrimônio cultural” e o Estado carece ser um braço de apoio e realizar estas ações, portanto “será na instância municipal que as dimensões de planejamento, gestão, diversidade cultural e participação da sociedade se darão de forma mais sistemática, constante e próxima” (Miranda *et al.* 2009, p. 71).

Alguns instrumentos de políticas públicas a serem utilizados por municípios são órgãos de gestão e monitoramento, conselhos municipais, criação de diretrizes e participação de discussões a respeito em outros setores como os de planejamento urbano e educação, bem como nos Planos Diretores e Estatuto da Cidade. É vital o município integrar mapeamento e zoneamento específicos para os patrimônios aderindo assim a instrumentos próprios e mais adequados aos patrimônios em seu cuidado. Percebendo a diversidade de patrimônios culturais existente hoje a formação de políticas públicas de proteção deve considerar a dinâmica particular de cada município e entender o patrimônio como algo multiforme e não estático.

Lemos enfatiza que as estratégias e os princípios para a preservação do patrimônio histórico não podem depender apenas de ações de especialistas, como arquitetos ou historiadores. É necessário um processo de conscientização social e educação patrimonial contínua em que a sociedade em geral reconheça a importância de preservar seu patrimônio,

entendendo o valor de um bem coletivo como um elemento essencial para a construção de identidade e memória coletiva.

Então, se referindo a esses conjuntos arquitetônicos históricos de nosso município, preservam um valor significativo na identidade cultural e histórica da sociedade PassoFundense. São essas edificações que que marcam períodos importantes ao longo dos anos, testemunhos físicos da evolução arquitetônica, técnica de uma determinada época. portanto tombamento visa proteger todo esse legado histórico cultural, permitindo assim que futuras gerações possam usufruir de uma história física, um contexto artístico e também simbólico que foram carregadas através do tempo, assim a manutenção visa contribuir com a memória coletiva para um fortalecimento de identidade local.

CAPÍTULO 2 - A SALVAGUARDA DOS BENS PATRIMONIAIS NO BRASIL

Todo processo de tombamento é um mecanismo legal e institucional que se utiliza assim para preservação dos bens históricos, culturais e arquitetônicos, o que portanto garante a proteção total dos bens que assim possuem relevância para sociedade. O processo de reconhecimento do bem material impede alterações e demolições sem nenhuma autorização de órgãos competentes. No território brasileiro pode ser assim realizado por instâncias federais ou municipais, levando sempre em consideração a abrangência e relevância do bem.

Portanto a relação entre tombamento com edificações históricas é bem estreita, já que uma vez o tombamento formaliza a preservação das construções. Uma vez que o tombamento é efetivado o Estado faz o reconhecimento da relevância histórica e a significativa relevância da memória coletiva construída, uma vez fazendo com que futuras gerações façam elo entre passado e futuro. Sendo assim esse reconhecimento não é apenas por sua antiguidade, mas principalmente pela sua historicidade ao longo dos anos, fazendo com que as leis impostas sobre elas as impedem de sofrerem qualquer intervenção humana, garantindo a qualidade estética, históricas e culturais.

Sabemos que todo esse processo de tombamento para preservação histórica e cultural envolve muitos desafios. De um lado temos o reconhecimento, mas de outro lado a geração de conflitos entre preservação histórica e a modernização, são contrapontos que são de extrema importância na sociedade atual. Observamos que empresas bem como proprietários de imóveis tombados enfrentam restrições quanto às obras de restaurações, que pode ser impedido o uso pleno do imóvel. Soluções para esses conflitos exigem um equilíbrio entre conservação do patrimônio e necessidades contemporâneas, mas sempre considerando todos os benefícios da preservação, mas também quanto às implicações econômicas e funcionais para os proprietários e sociedade como um todo.

2.1 Patrimonialização e tombamento de edificações

A partir das décadas de 1970 e 1980, as ações públicas ampliaram as redes de agências e agentes para preservação de patrimônio cultural e uma noção mais efetivada de bens culturais e públicos, institucionalizando as políticas de salvaguarda de bens patrimoniais e aplicando em esfera estadual e municipal recursos suficientes para finalmente alcançar o objetivo de tomar e catalogar maior número de bens materiais de acordo com a noção concreta de patrimônio. Márcia Chuva (2009) aponta que o SPHAN conquistou uma legitimação para atuar na

preservação com ferramentas e braços que alcançaram o fomento dos atos de proteção nas políticas públicas com uma amplitude legislativa eficaz. Porém existe uma discussão sobre a propriedade privada em contraponto com a função social da propriedade e não é de hoje que existem longas teorias e debates principalmente no âmbito do direito que buscam encontrar os procedimentos mais adequados para tornar uma propriedade privada em propriedade de interesse público.

O SPHAN passou a ter grande importância no meio jurídico, por ser entendido que em seus objetivos principais estava a busca pelas raízes brasileiras e a construção da nação, e assim, servia de instrumento para a formação do Estado. Deve ser apontada ainda a diferença entre o SPHAN e outros órgãos de preservação como os museus, dado o fato de que museus, por exemplo, guardam e artefatos conseguidos através de doações e compras, já o SPHAN tem o poder de policiamento e de tutela, controlando e decidindo assim o que é patrimônio nacional.

Chuva (2009) trata sobre lei, apresentando através de Bourdieu, que ela constitui uma sociedade política e sua função é coercitiva para manter controle, ordem e funcionamento. Assim, para a eficiência do funcionamento de órgãos públicos e da sociedade em si é de suma importância analisar e regulamentar os textos de leis para não cair em ideologias simplistas e abranger o máximo possível a neutralidade tomando partido da responsabilidade social que deve ser incorporada a cada lei.

O decreto-lei 25/1937 é um meio jurídico de grande competência por abordar em seu texto os efeitos do tombamento e a delicada situação sobre como passar a propriedade privada para o interesse público, garantindo a legalidade das ações e estabelecendo que o tombamento se concretizava pela sua inscrição em um dos Livros de Tombo.

“O tombamento não retirava o direito do proprietário de alienar seu patrimônio. Contudo, impunha o *direito de preferência*, obrigando que o bem a ser alienado fosse oferecido previamente à União, ao estado e ao município onde o mesmo se encontrasse, nessa ordem” (Chuva, 2009, p. 170). O Conselho Consultivo trata das análises e decisões sobre o tombamento e impugnações de proprietários privados, para verificar se tudo se adequa aos parâmetros estabelecidos pelo decreto-lei 25/37 e demais decretos ligados a ele.

Analisamos também a atuação de profissionais especializados em arquitetura e engenharia, que ocupariam a maioria dos cargos dentro do SPHAN para elaborar projetos de restauração e arquitetura dos bens materiais imóveis. Isto foi relevante para moldar o perfil de salvaguarda e as melhores estratégias para conter deteriorações e perdas de bens. Também foi de grande importância para o contexto social em que o país estava na época, os movimentos do SPHAN impulsionam a criação de escolas especializadas em arquitetura, a criação do

urbanismo como política pública entre outras auxiliou que o mercado técnico nesta área fosse para o setor público e interagisse com a modernidade e a necessidade do país de equilibrar bens de patrimônio que eram antigos com estruturas novas decorrentes da modernidade emergente, dando um sentido a história já traçada do país e uma continuação que se interliga aos valores da nação.

Após muitos debates e definições sobre o título e suas funções se chega a uma caracterização da profissão de arquiteto que (Chuva, 2009, p. 204) define ser “aquela capaz de propor uma adaptação permanente ao contexto sociocultural em que fosse produzida voltando-se para a leitura das condições sociais e tecnológicas existentes no tempo e no espaço”. Para ela, o arquiteto teria um pouco de conhecimento necessário de cada profissional, do artista, do engenheiro, do historiador e do sociólogo.

Porém, com o historiador não aconteceu a mesma ampliação da profissão pois era dada a ele a visão de que suas pesquisas não costumavam ser objetivas e práticas de acordo com as necessidades dos órgãos de controle patrimonial. Com esta ideia as agências promoveram a rotinização das práticas de proteção, tombando no período de 1930 e 1940 40% dos bens totais representados até 2008.

Chuva (2009) traz dados importantes para analisar a escolha da grande maioria de bens de patrimônio histórico e cultural, e nos aponta que no período principalmente de 1938 a indicação de bens a serem tombados partiu basicamente dos agentes do SPHAN e que mais de 90% dos tombamentos se tratava de bens arquitetônicos. O que demonstra claramente o interesse da arte a ser preservada e tratada como brasilidade e a prática da seletividade de bens.

Assim pode se observar que a construção da história e das origens da nação trata de uma série de escolhas em priorizar a arquitetura tradicional que valoriza as origens da raça portuguesa e do império implantado no Brasil. “A história da preservação do patrimônio histórico e artístico no Brasil ficou marcada pela relação entre “conservação do passado” e “modernização do presente” (Chuva, 2009, p. 209). A crença de que a beleza estava atrelada a obras arquitetônicas de origem portuguesa confunde o conceito de patrimônio e dá a entender que patrimônio histórico tem a característica de ser obra de arte arquitetônica de qualidade construtiva. A identificação que a nação tomava então sobre as representações de sua origem era a de arquitetura colonial.

As igrejas também tem papel importante nesta formação da identidade nacional, pois muitos bens tombados pelo SPHAN são igrejas consideradas obras de interesse público que formam a biografia do país e a identidade dos territórios, o que estreitou os laços da igreja e o Estado e promoveu uma série de processos de impugnação e discussões, uma vez que as igrejas

tinham resistência sobre o tombamento por fatores ditos espirituais e estruturais como a necessidade de restaurações, destruições e reconstruções das obras. É certo aqui lembrar que a Constituição de 1988 decretou a laicidade do país afastando a Igreja dos assuntos do Estado.

Para que o tombamento ocorra deve se haver um rito administrativo. Há três formas de tombamento, o de caráter voluntário que ocorre quando o proprietário está de acordo com a solicitação de tombamento, o compulsório quando o poder público identifica o valor cultural e promove ações de tombo mesmo sem a aceitação do proprietário e o tombamento de ofício que tomba bens pertencentes à União, estados e municípios.

Zanotto e Machado identifica ainda outros três procedimentos de salvaguarda do patrimônio, o inventário que cuida do levantamento de dados relativos aos patrimônios, a restauração que é um procedimento especializado em renovar um bem desgastado ou degradado, buscando fidelizar a sua estrutura original e a reconstrução que tenta completar o que foi deteriorado sendo efetuada quando a sobrevivência da obra está em risco.

A busca pela modernização e a desinformação por parte da sociedade acabou destruindo muitas obras, características da história da construção e ampliação da cidade de Passo Fundo para o caminho da industrialização que se dava na década de 1970 mas ainda foi possível assegurar a tempo muitas construções e lugares que contam a história da vida da população de antigamente.

Apontado por Zanotto e Machado que Passo Fundo iniciou seu interesse no tombamento e salvaguarda de patrimônios históricos apenas em 1990, sua importância foi dada a partir da década de 2000 pelos cursos de Arquitetura e História da Universidade de Passo Fundo que impulsionaram discussões acerca da importância de preservar bens histórico culturais.

Em Passo Fundo, há diversas edificações que não fazem parte da relação de bens patrimoniais tombados pelo município. São construções com arquitetura característica de época, monumentos, lugares de memória que se encontram espalhados por diferentes pontos da cidade, em lugares que se não lhes conferem a valorização devida, ao menos servem de refúgio na fuga da modernização e verticalização do espaço urbano. São patrimônios “esquecidos”, muitos em ruína, mas que possuem grande importância na reconstituição do identitário social de grupos que vivem à margem das narrativas de “glórias do passado” que legitimam a história do município, constituindo, também, importantes fontes de pesquisa para os historiadores (Zanotto; Machado, 2012, p. 75).

A preservação dos patrimônios tombados e não tombados, significa preservar a identidade dos que ali viveram e dos feitos que construíram Passo Fundo até chegar no lugar em que ela está situada temporalmente e geograficamente. Esta preservação depende da

conscientização do povo e dos órgãos municipais responsáveis com atuações legislativas como por exemplo o “Plano Diretor do Município de 2006, que contemplou as sugestões de tombamentos contidas no Inventário dos bens de valor histórico, arquitetônico e cultural de Passo Fundo” (Zanotto; Machado, 2012, p. 6).

Muitas políticas públicas em Passo Fundo já foram implantadas, mas ainda há um grande caminho para avançar. Zanotto e Machado critica o fato de muitos bens tombados pelo município estarem abandonados em estado de degradação, como a Biblioteca Pública Municipal por não receberem investimentos para restauração e cuidado, traz ainda a falta de incentivo a proprietários de bens tombados que sentem ser algo que lhes agrega mais dor de cabeça, sabendo que reformas e restaurações devem passar por processos administrativos longos e burocráticos para ocorrer. Também dialoga sobre ações educativas que conscientizem e informem a população local sobre a importância de salvaguardar sua história e cultura pelos bens de patrimônio social.

Batistella (2012, p. 94) identifica a primeira legislação de Passo Fundo que falava sobre bens de patrimônio histórico cultural efetivada em 1995 e definia o processo de tombamento e proteção do patrimônio passofundense. o Plano Diretor de Desenvolvimento integrado mais tarde visa valores históricos e culturais e apresenta diretrizes para uma gestão do patrimônio cultural e a elaboração de um Plano do Patrimônio Histórico e Cultural a ser regulamentado.

É retratado ainda por Batistella que a partir das normativas implementadas se observou uma perda de patrimônio edificado de proprietários que encontravam dificuldades sobre restrições e critérios para ampliação de ventilação e insolação das edificações. Assim, nota se que a sociedade de Passo Fundo não se identifica com sua história e não valoriza sua cultura, mas sim a busca incessante por industrialização e modernização da sociedade a partir de demolições extremamente danosas a sua identidade, visto que não participa em grande proporção das políticas de preservação e construção de uma cidade que transita entre o passado, o presente e o futuro expostos em suas edificações.

Cabe salientar que em contrapartida alguns processos de tombamento fomentaram a regulamentação de pontos cruciais para a sociedade, como a política de incentivos e indenização a proprietários que dá opção para o proprietário de construir em outra área devido a um bem alienado pelo setor público e assim, não ser tão afetado negativamente sobre sua propriedade. Há ainda a lei de isenção de IPTU a proprietários de bens de interesse público, se estes mantiverem a preservação e originalidade do bem.

Algumas ações propostas por Batistella podem ser citadas como instrumentos para firmar o compromisso de Passo Fundo com a preservação do conjunto patrimonial e a

ampliação da conscientização no tema, como concluir o Plano do Patrimônio Histórico e Cultural e a instituição da Comissão de Patrimônio Histórico, elaborar o inventário completo de bens de interesse histórico, efetuar a sinalização das edificações tomadas com suas devidas informações históricas, criar legislação sobre comunicação visual nas edificações de patrimônio cultural, desenvolver estudos de viabilidade de instalações elétricas na área central da cidade que realcem as obras, estimular ações de educação patrimonial para escolas e a sociedade em geral que demonstrem o papel prático dos patrimônios culturais e seu valor histórico a fim de obter um desenvolvimento social e o sentimento de pertencimento da comunidade e ainda parcerias com o setor privado que incentivam a salvaguarda e proteção dos patrimônios promovendo o embelezamento da cidade como um todo.

Sobre a última ação, pode se exemplificar com a recuperação de edificações por projetos que são desenvolvidos pela prefeitura em parceria com a universidade e empresas privadas, movimentando a economia, os estudos e o engajamento com a comunidade local. Vale ressaltar o importante trabalho de divulgação desenvolvido pelo projeto NossArquitetura que buscou nos anos de 2007 e 2008 “ampliar o conhecimento e a divulgação da arquitetura de valor histórico e cultural da cidade” Batistella (2012, p. 85), apresentando na UPF TV programas que se faziam conhecer edificações históricas de Passo Fundo.

Sabido que Passo Fundo é uma cidade que apresenta vasto material arquitetônico que configura uma identidade urbana bastante particular, especialmente ao longo da Avenida Brasil, Avenida General Neto, Rua Bento Gonçalves e Avenida Sete de Setembro. Entretanto, vários bens de excepcional relevância, localizados nesse eixo cultural foram perdidos, totalmente demolidos ou descaracterizados parcialmente nas suas configurações originais, principalmente nos últimos seis anos (Batistella, 2011, p. 85-86).

Muitos conjuntos arquitetônicos foram perdidos dando espaço para a problematização de que o monumento carrega sentido quando está situado em seu contexto histórico, geográfico e temporal e seu valor se dá pelo sentido que agrega este contexto, então a perda do conjunto não equivale apenas a perda de embelezamento e harmonização do ambiente mas também a perda de um tanto da representatividade que o espaço carrega.

A ideia do inventário se faz necessária para engajar a preservação de áreas e evidenciar os impactos do tombamento, como a atração de turistas para a movimentação econômica da cidade e de moradores para aprender sobre a estrutura em que cresceram e foram criados. Auxilia ainda em uma atuação direta e uma visão mais clara sobre os edifícios a serem revitalizados e preservados, distanciando a especulação imobiliária.

Disposto então por Miranda *et al.* (2009) o entendimento que o inventário faz o levantamento de informações e características minuciosas do bem e seus valores particulares, como sua história, estado de conservação, localização, data de criação, fotografias, levantamento de plantas, fachadas e indicações de situações sobre o entorno do imóvel facilitando assim a análise e decisões sobre o tombamento, restaurações, reconstruções e a guarda adequada do bem.

CAPÍTULO 3 - O PROCESSO DE PATRIMONIALIZAÇÃO DE EDIFICAÇÕES EM PASSO FUNDO NA DÉCADA DE 1990

Considerando as realidades das ações patrimoniais em 2024, é fundamental revisitar o passado para investigar a patrimonialização das edificações históricas de Passo Fundo. Nesse sentido, uma pesquisa voltada para um recorte histórico da historiografia passofundense, abrangendo o período de 1990 a 2000, busca retratar o processo e as leis que culminaram no tombamento de importantes edificações, que representam grandes marcos históricos da cidade. A pesquisa visa compreender os fatores que impulsionaram a preservação dessas construções e o impacto das políticas públicas no reconhecimento do patrimônio local.

Tendo em vista todo processo de Patrimonialização em nosso município, pouco ainda se faz aos prédios que guardam histórias que fazem parte da construção da identidade passofundense, sofremos muito com as perdas que vem acontecido cada vez mais pela urbanização cada vez mais acentuado que vem ocorrendo, prédios que deveriam ser mantidos pela sua relevância histórica vem sendo postos ao chão a cada dia. vendo assim o mais recente, prédio construído entre as décadas de 20 e 30 o Edifício Paulo Gingo que se localizava na esquina da Av. Brasil com a Capitão Eleutério, mesmo com mobilizações populares para se manter uma pequena parte ainda viva do prédio, acaba vindo ao chão mais um dos prédios que fizeram história no município.

Figura 1 - Reportagem do jornal O Nacional



Fonte: <https://www.onacional.com.br/cidade.2/2024/07/05/justica-extingue-acao-popular-e-128742>

Figura 2 - Reportagem do jornal O Nacional



Fonte: <https://www.onacional.com.br/cidade.2/2024/02/16/justica-suspende-demolicao-de-ca.127731>

Conforme supracitados nas reportagens acima, ainda percebemos o descaso com os patrimônios urbanos em Passo Fundo. Embora muito já tenha sido dito e escrito sobre patrimônios, cabe ainda mais ressaltar sobre os bens patrimoniais existentes e que contam a história do município. Bens esse que cada dia estão mais ameaçados pela urbanização acentuada.

Todo esse contexto passofundense sobre os bens patrimoniais, entre os anos 1990 e 2000, diversos prédios com relevância na história do município tiveram seus tombamentos definitivos, fazendo com que a memória e história se mantenha viva até os dias de hoje.

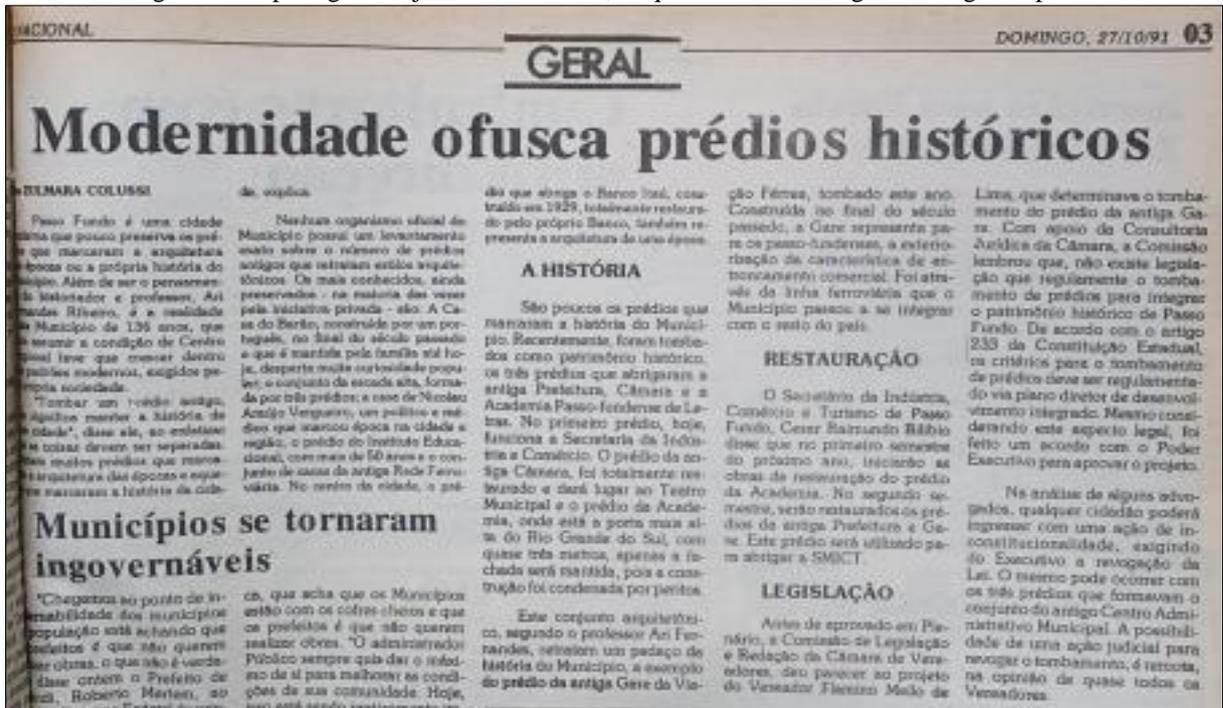
Todo esse descaso com os Patrimônios Históricos de Passo fundo começou a se ter maiores repercussões na imprensa, em uma Reportagem publicada no jornal *O Nacional*, no dia 27/10/1991, já se fala que a modernidade nos novos edifícios vem ofuscando a História do município, Cita então o recente tombamento do complexo Arquitetônico, “Tombar um prédio antigo, significa manter a história de nossa cidade” (Ari Fernandes Ribeiro, *O Nacional*, 1991).

Figura 3 - Reportagem do jornal O Nacional, Arquivo Histórico Regional - primeira parte



Fonte: *O Nacional*, 27 de outubro de 1991, p. 1. Acervo Arquivo Histórico Regional (AHR).

Figura 4 - Reportagem do jornal O Nacional, Arquivo Histórico Regional - segunda parte



Fonte: *O Nacional*, 27 de outubro de 1991, p. 3. Acervo Arquivo Histórico Regional (AHR).

3.1 Conjunto Arquitetônico (atuais Museu Histórico Regional, Teatro Múcio de Castro e Academia Passofundense de Letras)

O Conjunto Arquitetônico onde estão localizados os atuais Museu Histórico Regional, Teatro Múcio de Castro e Academia Passofundense de Letras, são notáveis exemplos do estilo do final do século XIX e início do século XX, este cenário de se destacar em nosso município. Prédios esses tombados como Patrimônio histórico de Passo Fundo, não apenas refletindo as características do período em que foram construídos, mas também uma importante história e cultural de referência local e estadual.

Prédio da antiga Intendência Municipal (como era chamada no período) construída entre os anos de 1909 e 1911, tem um simbolismo de modernidade para época, centralizando neste edifício todo poder político do município, este prédio se destaca por ter um poder Executivo no centro da cidade e não em frente a uma praça, como normalmente era de costume. Isso pode se entender a importância que a principal avenida passava por ali (Av. Brasil), por ser o antigo caminho dos tropeiros, cuja atividade origina os centro e núcleos urbanos (Guedes; Carvalho, 2015, p. 167).

Este espaço abrigou a Intendência até os anos de 1930, após isso foi denominada Prefeitura Municipal, a sede política permanece ali até o ano de 1976, onde após isso foi transferida para as atuais instalações onde está até os dias atuais. Após isso o prédio passa a ser

utilizado por algumas secretarias municipais, já sendo destinada um espaço dela para o antigo Museu Municipal (Guedes; Carvalho, 2015, p. 168).

No ano de 1977, a Prefeitura Municipal, a partir de um decreto, criou o Museu de História Cultural (MHC), vinculado à Secretaria Municipal de Educação e Cultura. Porém com intuito de preservar a história regional (1994) se tem um projeto entre Prefeitura e Universidade de Passo Fundo para reorganizar o espaço, sendo a partir disso chamado de Museu Histórico Regional (MHR). No ano de 1996, dois anos após isso se tem a retomada das atividades, mas agora juntamente com outro convênio, onde dois Museus passariam a funcionar no mesmo espaço, Museu Histórico Regional (MHR) E Museu de Artes Visuais Ruth Schneider (MAVRS), ambos permanecendo no prédio da antiga Intendência.

Atualmente o Prédio da Antiga Intendência passa por reformas, onde o Museu de Artes Visuais Ruth Schneider (MAVRS) teve que ser transferido e realocado dentro das dependências da Universidade de Passo Fundo, prédio D3 antiga Faculdade de Educação (Faed) agora pertencente à Unidade Acadêmica IHCEC.

Onde então foi a Câmara de Vereadores do município que agora se localiza o atual Teatro Múcio de Castro, também faz parte do Conjunto Arquitetônico, sendo essa uma construção mais antiga que a antiga Intendência, construída no final do século XIX. Local este de reuniões semanais, abrigando também no seu espaço o Grêmio Dramático Passo Fundense, onde este se constroi nas dependências palco para apresentações, abrigou também o Clube Literário Passo-Fundense. Mas também em um período Histórico no nosso país, no período da Revolução Federalista, o espaço também foi utilizado para aquartelamento das tropas, porém neste período grande parte do acervo bibliográfico foi perdido, pertencentes estes ao clubes que frequentavam.

Nos anos de 1940 e 1977 este espaço é utilizado pelo Poder Legislativo tornando-se a Câmara Municipal de Vereadores, com a mudança do Poder Executivo, o prédio passou um período fechado, passando por uma restauração no ano de 1986, recebendo assim o Nome de Teatro Municipal Múcio de Castro, inaugurado em 1991 (Guedes; Carvalho, 2015, p. 168-169).

A Sede do Clube Pinheiros Machado, atual Academia Passofundense de Letras, construído no ano de 1915, foi criado e construído com intuito de defender os interesses do partido republicano do local. Porém, no ano de 1971 este clube é dissolvido, foi cogitado a venda do prédio, pois se encontrava em péssimas condições, mas no de 1996 a Prefeitura Municipal com a Academia Passo-Fundense de Letras determinam a restauração do edifício, mantendo-se a fachada com seus traços originais, porém tento seu interior tendo sofrido uma total remodelação (Guedes; Carvalho, 2015, p. 169).

Por esse Conjunto Arquitetônico ter uma relevância histórica significativa para nosso município, no dia 25 de Setembro de 1990, sob Administração do prefeito Airton Lângaro Dipp, e pelo Secretário Municipal Administrativo Jarbas Quadros da Silva foi criada a Lei Ordinária nº 2608/1990 que “Determina o Tombamento de Prédios para integrarem o Patrimônio Histórico de Passo Fundo, e dá outras providências” (<https://leisnaweb.com.br/mostrar-ato/?ato=3212&cliente=passofundo&search=lei>).

Portanto, o tombamento do Complexo Arquitetônico pela Lei Ordinária nº 2608/1990, foi uma medida fundamental para se manter a preservação da identidade local, para garantir assim que futuras gerações possam continuar valorizando para compreender o significado do espaço. A preservação não só contribui para manter viva a memória, mas também para compreender as práticas arquitetônicas e culturais ao longo do tempo.

Por mais que o prédio seja tombado ele ainda é pertencente a prefeitura, no ano de 2015 somente a fachada passa por restauros, sendo que em 2018 o prédio foi interditado pelo seu interior estar oferecendo perigo a saúde dos visitantes do museu e pessoas que trabalhavam no local, somente mais recentemente o prédio começou a passar por um processo de restauro interna atualmente, sem data de término.

Figura 5 - Reportagem do jornal O Nacional



Fonte:

<https://www.onacional.com.br/cidade,2/2022/11/22/predio-historico-que-abriga-dois,124346>

Figura 6 - Reportagem do jornal O Nacional



Fonte:

<https://www.onacional.com.br/cidade,2/2022/11/22/predio-historico-que-abriga-dois,124346>

Figura 7 - Reportagem do jornal GZH Passo Fundo



≡ GZH PASSO FUNDO ASSINE

AO VIVO | Acompanhe o "Esportes ao Meio-Dia"

Resgate histórico · Notícia

Sem data para início, reforma do prédio dos museus de Passo Fundo custará R\$ 625,8 mil, segundo prefeitura

Início das obras depende da assinatura da licitação para emissão da ordem de serviço

17/05/2023 - 21h10min
Atualizada em 18/05/2023 - 16h18min

Fonte: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/passos-fundo/cultura-e-lazer/noticia/2023/05/sem-data-para-inicio-reforma-do-predio-dos-museus-de-passo-fundo-custara-r-6258-mil-segundo-prefeitura-clhs7f2wl00ev0165lrbj2vmr.html>

Figura 8 - Foto atual do Complexo Arquitetônico



Fonte: Acervo pessoal do autor (2024).

3.2 Antiga Gare

Outro marco imponente para o desenvolvimento da cidade de Passo Fundo, foi a construção da linha férrea, com a intenção de ligar São Paulo ao Rio Grande do Sul. Projeto esse ainda iniciado no governo imperial no ano de 1889, trajeto esse que ligaria Santa Maria - Cruz Alta - Passo Fundo - Marcelino Ramos, ligando as vias férreas do Paraná-Santa Catarina e Itararé-São Paulo (Tedesco, 2015, p. 22-23).

Com a construção da linha férrea, Passo fundo entra no mapa, fazendo assim com que o município com pouco mais de 3000 mil habitantes tivesse um crescimento significativo populacional e economicamente, com a instalação ferroviária Passo Fundo passa a ser referência e extração madeireira, um dos principais produtos transportados na época, não somente esse foi produto de desenvolvimento como o trigo também, o município ficou conhecido nacionalmente como capital do trigo nos anos 50. Com esse crescimento acentuado na produção de trigo, passa a ser viabilizada a construção do moinho São Luiz e o Complexo de Moinhos Rio-grandense (Guedes; Carvalho, 2015, p. 160-161).

Considerando que a ferrovia em Passo Fundo foi fundamental para o estabelecimento de diversas indústrias na região, com destaque para a moageira, podemos considerá-la também como parte do patrimônio industrial. Além disso, o entorno da estação e do complexo ferroviário atraíram o estabelecimento de diversas indústrias, além de outros serviços, pela facilidade de acesso ao principal meio de transporte de mercadorias do início do século XX.

Portanto, a Gare e a ferrovia marcaram a história de Passo Fundo ao longo do século XX. Segundo João Carlos Tedesco (2015, p. 115):

O trem mudou a paisagem urbana e dinamizou as culturas rurais. Para essa esfera, o trem exercia uma grande função na lógica mercantil que é a mobilidade das grandes mercadorias, intermediava seu circuito necessário em correspondência com os mercados consumidores. O trem deixou traços na paisagem física e geográfica urbana, no ambiente construído, no traçado das ruas, nas sinergias comerciais e de serviços (comércios, hotéis, bancos, etc.), na memória de muita gente que direta ou indiretamente esteve envolvida (trabalhadores, passageiros, dentre outros). Podemos afirmar que o trem em Passo Fundo [...] tornou-se um fato social e econômico estruturante para o município; grande parte dos caminhos da vida social e econômica de Passo Fundo levava até o trem/Gare.

Portanto com o governo passou a priorizar investimentos em setores rodoviários nas décadas de 50, 60 e 70, contribuiu para que o sucateamento de linhas férreas fossem cada vez mais sucateadas, portanto assim em 1980 o transporte ferroviário foi fechado, transportando ainda até 1982 passageiros, após assim 80 anos de funcionamento a Estação da Gare foi desativada (Tedesco, 2015, p. 192-193).

Com uma grande relevância local histórica que marcou gerações, em reconhecimento a Gare, no ano de 1985 sob Lei nº 2.216 foi autorizada a construção de um monumento em homenagem a esse espaço histórico, projetos foram selecionados e o ganhador foi o Artista Paulo Siqueira, que assim constrói o monumento conhecido como “o homem voador” (Batistella; Baccin, 2016, p. 191 a 194).

Já no início dos anos 90 foi então inaugurado o monumento no Parque da Gare, juntando outros elementos históricos, como a caixa d’água, a ruína e também o bebedouro, patrimônios esses também tombados no século XIX.

Figura 9 - Prédio da estação ferroviária da Gare (1926)



Fonte: https://www.onacional.com.br/x/m_fit.w_730,dpr_1/materias/59932_5e926da01c934.jpg

Figura 10 - Imagem atual da Estação ferroviária da Gare, atual Estação Gastronômica



Fonte: Acervo pessoal do autor (2024).

Durante os anos a Gare se consolida como um marco significativo na história de Passo Fundo, sendo assim reconhecida com um marco histórico e arquitetônico, devido a esse valor significativo na sociedade passa a ser tombado pelo Município, que garante assim proteção total e preservação às futuras gerações. O tombamento da Gare ocorreu no dia 28 de Agosto de 1991 sob a Lei Ordinária nº 2671/1991, que “Determina o Tombamento do Prédio da Antiga Gare

para integrar o Patrimônio Histórico de Passo Fundo, e dá outras Providências” (<https://leisnaweb.com.br/mostrar-ato/?ato=3135&cliente=passofundo&search=lei>).

Assim se compreende que o tombamento do Prédio da Gare protege não só o valor histórico como também a estrutura originária, além de se investir em conservação, torna-se um roteiro turístico para o município. Faz com que se mantenha viva a história do município e as futuras gerações possam aprender com o que está sendo preservado.

No entanto no ano de 2017 foi criado um projeto de lei onde o Prédio da Gare pudesse ter outra funcionalidade sob o nº 5242/2017 onde diz que: Autoriza o Poder Executivo a Firmar Contrato de Concessão de uso oneroso de bem Público, Conhecido como Antiga Estação Férrea, Localizada do Parque Municipal da Gare. Tornando assim a antiga Estação Ferroviária em uma área de lazer com restaurantes e bares, ficando conhecida como Estação Gastronômica da Gare.

3.3 Capela São Miguel

Passo Fundo também tem muitas influências religiosas, um desses exemplos é a Capela São Miguel, sua relevância histórica foi tanta que teve seu Tombamento para preservação. A capela está localizada no centro da cidade, sendo uma das edificações mais antigas do município. Construída no ano de 1835 com a finalidade de abrigar uma imagem esculpida em madeira pelos índios das reduções Jesuíticas da região de Santo Ângelo. Símbolo da libertação de escravos, romarias começaram a ser feitas em procissões, com mais de 140 anos de história sempre reuniu milhares de pessoas que apoiavam o fim da escravidão, procissão essa que acontece até os dias atuais.

Sua arquitetura, sua história e toda influência cultural se torna um símbolo de identidade local, sendo essa uma das mais relevantes edificações na história do município, por isso o tombamento visa proteger de várias maneiras, mantendo toda sua originalidade, mantendo todo respeito que esse espaço religioso, assegurando que futuras gerações possam utilizá-la.

O processo de tombamento feito pela prefeitura Municipal no dia 25 de Outubro do ano de 1991, Sob a Lei Ordinária nº 2696\1991, Determina o Tombamento do Prédio da Capela de São Miguel para Integrar o Patrimônio Histórico e Cultural de Passo Fundo, e dá outras Providências (<https://leisnaweb.com.br/mostrar-ato/?ato=3238&cliente=passofundo&search=lei>).

Esse passo importante garante que a edificação continue sendo protegida da destruição e degradação. Com o tombamento preserva assim toda integridade, e também torna um ponto

turístico. Faz com que a comunidade possa se apropriar ainda mais deste patrimônio. Este espaço continua sendo ainda utilizado para celebrações religiosas, mas também se torna um centro cultural. Porém o tombamento traz muitos desafios à sociedade, dependendo sempre dos órgãos públicos para manutenção, pois a igreja não é somente um lugar de valor arquitetônico, mas um lugar de símbolo de fé e da cultura. Preservar a Capela São Miguel é um compromisso assim com a com toda identidade local, sendo um local de memória coletiva.

Figura 11 - Foto atual da Capela São Miguel



Fonte: https://www.onacional.com.br/x/m_fit,w_730,dpr_1/materias/129280-1727382248.jpg

Figura 12 - Notícia jornal *O Nacional*

Fonte: *O Nacional*. Acervo Arquivo Histórico Regional (AHR).

3.4 Igreja Metodista

A Igreja Metodista em nosso município tem um marco significativo cultural e historicamente, tendo abordagens clássicas em seu início, mas que contribuiu significativamente para desenvolvimento religioso, social e educacional. Foi instalado no ano de 1919 na rua Bento Gonçalves com a Av. Brasil. Foi fundada por missionários americanos no Brasil no ano de 1867, após tentativas anteriores frustrantes para criação, está entre as regiões mais atuantes no nosso país.

Sendo uma afirmação óbvia a ser falada, foi a participação social na construção da história passofundense, sendo também um lugar que se remete muito à educação de muitas gerações, essas atividades foram vitais para o crescimento da cidade.

Atualmente o centro religioso quase se perde em meio aos imensos prédios que o cercam no centro da cidade, espaço esse que ainda abriga uma comunidade religiosa, referência para os primeiros passos educacionais (Knack, 2011, p. 28).

Sendo assim o tombamento desta igreja sob a Lei Ordinária nº 2906/1993 dizendo que: Fica tombado e passa a integrar o patrimônio histórico e cultural do Município de Passo Fundo o prédio da Igreja Metodista, localizado na esquina da rua Bento Gonçalves e Avenida Brasil, cujas características só podem ser modificadas para preservação de sua estrutura arquitetônica ou para restauração de seu aspecto original.

Portanto, fica compreendido que esse processo de tombamento busca assegurar que o edifício se mantenha vivo na comunidade passofundense, tornando patrimônio cultural pela sua alta relevância e contribuição através do tempo, tendo valor arquitetônico único. Com o tombamento assegurado por lei faz com que sua preservação se mantenha ativa para que as futuras gerações possam sempre usufruir como referência arquitetônica e histórica na sociedade.

Com todo seu valor histórico a igreja ainda continua desempenhando papel crucial na vida religiosa e cultural da comunidade passofundense, entende esse lugar como um símbolo de resistência no decorrer dos anos e toda sua continuidade cultural. Mas enfrentamentos diários são perceptíveis, por ser um prédio tombado, sua estrutura precisa passar por manutenção frequentemente, tendo que se ter um equilíbrio entre preservação e funcionalidade.

Mas por outro lado a igreja tombada fornece uma rica oportunidade de turismo em nosso município, principalmente em âmbitos culturais e religiosos, fazendo um maior fortalecimento na identidade do município. Mantendo assim um legado cultural que se passa para as futuras gerações, garantindo que a igreja continuará sendo um testemunho mais silencioso nas transformações da sociedade, oferecendo reflexões de preservação e memórias coletivas.

Figura 13 - Igreja Metodista atualmente



Fonte: Acervo pessoal do autor (2024).

3.5 Prédio Texas do Instituto Educacional Metodista

Como Passo Fundo vinha de uma crescente populacional acentuada, a educação passou a ser priorizada, criando-se assim no ano de 1920 o Instituto Educacional Metodista de Passo Fundo (IE). Originalmente o espaço era uma casa improvisada aos fundos da Igreja Metodista, como forma de incentivar a educação, cedeu um espaço de duas quadras em frente a antiga Praça Boa Vista, localizada assim no bairro Boqueirão, o lugar foi considerado ideal para construção por uma elevação e visão panorâmica, para ser considerada uma escola modelo (Guedes; Carvalho, 2015, p. 175).

Neste novo espaço, ainda sendo um pequeno chalé para ensinamentos, chamou a atenção de estudantes da Universidade do Texas, que em um gesto de solidariedade se simpatizam e começaram a arrecadar fundos para que um prédio novo com melhores estruturas fosse construído, em forma de homenagear o nome para o edifício do prédio Texas. Toda estrutura e tipologia foram inspiradas em prédios que das escolas metodistas do Texas, com uma fachada imponente com grandes amplitudes, com pórtico neoclássico e escadarias de acesso, anos a frente como a demanda de alunos começou a crescer o edifício teve que ser ampliado para as demandas (Guedes; Carvalho, 2015, p. 175).

Portanto, sob a Lei Ordinária de nº 2937/1994 o prédio passa a integrar Patrimônio Histórico e Cultural de Passo Fundo. Pois a escola e o espaço carregam com si muitas memórias de gerações de estudantes que ali passaram, modificando a vida de não somente estudantes mas também professores e funcionários que ali atuaram.

Sendo assim, essa escola é um marco no tempo de aprendizagem e no desenvolvimento da sociedade e região, marcando início de uma educação formal de muitas gerações, torna-se uma representação de progresso na educação de grande parte da sociedade passofundense.

Por ter uma arquitetura imponente chama muito a atenção de pessoas que não conhecem o município, fazendo com que a investigação historiográfica venha à tona, um monumento com tanta relevância na sociedade faz com que a história local seja procurada para estudos, fazendo também com que impulse o turismo local e uma educação cultural. Com o tombamento protegem o edifício mas também a história passada e a história que virá, sendo um local que carrega a identidade de uma cultura, mas que também faz parte da comunidade passofundense, servindo de base para educação de novas gerações.

O prédio fica localizado na Av. Brasil Oeste, fazendo com que se tenha um privilégio urbanístico por suas características imponentes, sendo facilmente reconhecidas. Atualmente o

Instituto Educacional Metodista de Passo Fundo atende a comunidade infantil com ensinamentos de educação infantil e fundamental.

Por ser um Patrimônio Tombado a nível municipal, conforme os anos foram se passando uma série de questões estruturais começaram a aparecer, com deterioramento bastante acentuado em sua estrutura, no ano de 2015 o prédio foi interditado pois compromete a segurança dos alunos, indo a leilão a empresa ganhadora foi a ECB GROUP, a mesma após isso investe em reformas no espaço, mantendo assim todos seus traços originais. Neste ano de 2024, o prédio foi reinaugurado, trazendo novamente um prédio imponente de relevância significativa e cultural na sociedade passofundense (<https://www.ecbgroup.com.br/pt/noticia/ecb-group-vence-o-leilao-em-processo-de-recuperacao-judicial-do-instituto-educacional-metodista-de-passo-fundo--colegio-ie->).

Figura 14 - Imagem do IE antes de começarem as reformas



Fonte: https://www.onacional.com.br/x/m_fit,w_730,dpr_1/materias/123927-1665836035.png

Figura 15 - Foto do IE pós-reformas (2024)



Fonte: Acervo pessoal do autor (2024).

3.6 Banco da Província (atual prédio do Banco Itaú)

No início do século XX a Cidade de Passo Fundo começa a ter um desenvolvimento econômico acentuado, se fazendo necessário a instalação de bancos para cuidar do financeiro de empresas e comunidade da época. O Banco da Província assim se instalou no ano de 1912, com sua primeira sede localizada entre as ruas 10 de Abril com a Av. Brasil, mas com o significativo crescimento nos ramos financeiros do município a sede do banco da Província teve que mudar suas instalações, muda-se definitivamente no ano de 1922, para o endereço entre as ruas Marrom e Bento Gonçalves, funcionando ali até o ano de 1972, onde então passa por unificações.

Banco da Província, Banco Nacional do Comércio e Banco Industrial e Comercial do Sul S/A, transformou-se em Sulbrasileiro, que após intervenção do Banco Central, em 1985, passou a Banco Meridional do Brasil. O novo banco então mudou para o prédio ao lado onde funcionava o Banco Industrial, na Rua Bento Gonçalves. Em 1989, passou a pertencer ao Santander. O antigo prédio foi comprado pelo Banco Itaú, que lá funciona até hoje (Bandeira, 2007, p. 140).

O prédio foi construído com um estilo neoclássico muito utilizado nos grandes centros urbanos do país, principalmente Rio de Janeiro, Recife, tendo uma ligação mais direta com o estilo europeu. Trazendo assim a modernidade arquitetônica para o interior do Estado. Portanto, no ano de 1994 sob a Lei nº2955/1994 Determina o Tombamento do Prédio do Banco Itaú para

Integrar o Patrimônio Histórico Cultural de Passo Fundo, e dá outras Providências (<https://leisnaweb.com.br/mostrar-ato/?ato=3445&cliente=passofundo&search=lei>).

Sendo assim, o Banco da Província erguido no início do século XX em Passo Fundo, é um exemplo de uma arquitetura Neoclássica, sua estrutura exterior toda trabalhada faz com que chame grande atenção das pessoas que ali cruzam, reflete muito ao grandiosismo poder de sua época, prédio erguido com a finalidade de instituição financeira, continua com a mesma funcionalidade nos dias atuais, que ao longo dos anos mesmo com diversas reformas em seu interior para se adequar a modernidade que se instalava cada dia mais, sua parte exterior foi assim mantida para preservar a história dessa imponente edificação passofundense.

Figura 16 - Foto atual do antigo Banco da Província, atual Itaú



Fonte: Acervo pessoal do autor (2024).

Como pode ser perceptível comparar com fotos recentes e antigas, vê-se que a poluição visual está bem acentuada, reflexo das e crescentes urbanizações no centro da cidade, a poluição visual podem assim afetar a experiência de visitantes, acarretando em uma desvalorização na identidade visual, patrimônios a céu aberto, podemos chamá-los então de Museus a Céu Aberto, com a poluição visual faz com que seja menos atrativo as visitas, podendo assim impactar com a economia local.

3.7 Prédio da antiga Cervejaria Brahma

Outro bem que faz parte dos patrimônios tombados em nosso município é a antiga Cervejaria Brahma, este prédio teve uma grande relevância histórica na construção comercial, abrigando em seus tempos de comércio três cervejarias primeiramente a Serrana depois dando subsequência a Continental e mais tarde sendo comprada pela Brahma, essa edificação representou um desenvolvimento significativo na economia. Nos dias atuais o prédio é utilizado pela Faculdade Anhanguera. Essa mudança significativa representa toda força significativa na educação passofundense e na economia local, com essa modernização no centro da cidade faz com que o comércio acabe se instalando nas proximidades para uma melhor industrialização e também como caminho econômico (Knack, 2011, p. 27).

Meses após o fechamento da companhia, no dia 8 de setembro de 1997, a Prefeitura Municipal lavrou um auto de infração contra a empresa, que já tinha iniciado o processo de demolição do prédio, embargando os trabalhos de demolição do pavilhão e solicitando a paralisação imediata.

Um Projeto de Lei para tornar o prédio da Cervejaria domínio público já estava tramitando na Câmara de Vereadores. Houve uma emenda para tombá-lo como patrimônio histórico-cultural, já que o Poder Legislativo não tem poder para tornar um bem como domínio público, apenas o Executivo. A ideia era transformar o espaço em um centro cultural e de eventos, como a Usina do Gasômetro em Porto Alegre, aproveitando a sua localização no centro da cidade (<https://www.youtube.com/watch?v=oH-XQLzJMIk&t=7s>). Assim, no ano de 1997, a Prefeitura Municipal pela Lei Ordinária nº 3275/1997, declara integrante do Patrimônio Histórico-Cultural de Passo Fundo as instalações da Companhia Cervejaria Brahma, e dá outras providências (<https://leisnaweb.com.br/mostrar-ato/?ato=3840&cliente=passofundo&search=lei>).

Portanto, esse não é apenas mais um prédio antigo em nossa sociedade, mas uma peça chave na história do município. A Cervejaria Brahma se destacou muito na economia e desenvolvimento do município, seja essa através de sua contribuição direta com a economia, mas muito pelo legado cultural e histórico que deixou para futuras gerações. Com suas raízes na época dos anos de 1910 construída por descendentes de italianos que haviam se instalado no município. Nesse período podemos então destacar a importância desse prédio, a industrialização, avanço econômicos, melhor infraestrutura urbana em seus entornos, tudo isso somente pela relevância que já havia no momento.

Mas esse patrimônio não só transformou a economia local, mas também a sociedade, experimentando assim um crescimento populacional significativo, forçando outros segmentos a se desenvolverem também. Um patrimônio também responsável pela identidade local, símbolo do município de Passo Fundo, conectando o passado e o presente, sendo fonte de orgulho da sociedade, para se manter um pouco vivo ainda do antigo estabelecimento, foi mantido ainda uma chaminé em pé, uma estrutura imponente pelo seu tamanho que pode ser facilmente ainda vista no município.

Figura 17 - Foto da chaminé da antiga Cervejaria Brahma



Fonte: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=3934309683360081&set=pcb.3934309793360070>

Mesmo após a Cervejaria Brahma encerrar suas atividades na filial de Passo Fundo (1997), foi encontrado outro destino para o prédio desocupado, onde a partir de 2008 a Faculdade Anhanguera passa a se estabelecer, e mais uma vez trazendo uma nova funcionalidade para o que antes estava desocupado, fazendo que mais uma vez a economia e sociedade se voltam para um patrimônio histórico do município de passo fundo.

Como a Cervejaria Brahma acompanhou de maneira significativa o desenvolvimento do município, deixou marcada na memória e lembrança de muitos trabalhadores que por lá passaram, muitas dessas lembranças se tem pelo fato da cervejaria ter um apito que tocava

diariamente, marcando sempre os inícios das atividades do dia, intervalos para almoço e também ao final do dia quando as atividades se encerraram, sendo um importante símbolo através dos anos em Passo Fundo (Ferreira, 2007, p. 148-149).

Os prédios da cervejaria encontram-se hoje bem conservados, muito por conta da sua associação como patrimônio ligado à industrialização e ao progresso, enquanto o “beco da Brahma”, onde existia a casa dos operários da fábrica e até mesmo os paralelepípedos originais, não se encontra plenamente preservado.

Figura 18 - Foto da antiga Cervejaria Brahma, atual Faculdade Anhanguera



Fonte: Acervo pessoal do autor (2024).

Entendendo que todos os patrimônios históricos e culturais abordados, ainda nos dias atuais se fazem de grande relevância para sociedade Passo Fundense, uma vez que muitos prédios construídos com um funcionalidade original ainda permanecem com a mesma funcionalidade, porém outros patrimônios que tiveram grande destaques economicamente e comercialmente ainda se fazem presentes mas atuando de outras maneiras, fazendo ainda parte da sociedade, mantê-los não é somente manter viva a arquitetura, mas manter viva a historicidade e a memória coletiva de muitos que por ali passaram e moldaram a sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para concluir o presente trabalho, busca compreender a relevância sobre a importância dos patrimônios no Município de Passo Fundo, patrimônios esses escolhidos em recorte temporal dos anos 1990 a 2000, tentando sempre dialogar sobre a identidade cultural no decorrer dos anos, esclarecendo a identidade local e identidade cultural, onde esses patrimônios tiverem relações significativas nos desenvolvimentos sociais e econômicos da sociedade passofundense. Ao longo da pesquisa decidi analisar os Patrimônios Históricos e Culturais tombados definitivamente, buscando analisar as dinâmicas que influenciaram toda comunidade, esclarecer as dificuldades enfrentadas na preservação dessas edificações e como mesmo muitos anos após sua construção, mesmo não sendo mais utilizada para para o que foi construída, e como esses patrimônios contribuem ainda para economia local, no aprendizado, e na formação das próximas gerações que vem chegando.

Percebi no decorrer dessa construção que nos anos 90 passou cresceu não somente numa emergente urbanização, mas que também formas atrativas começaram a ser criadas para que a população visitasse ou firmasse residência em nosso município, para isso Jornada Nacional da Literatura tanto quanto o Festival Internacional no Folclore foram atrativos ao nossa sociedade, portanto se viu uma emergente em ter algo a mais para que se pudessem visitar, tomba e proteger assim patrimônios históricos e culturais no nosso município se tornou algo necessário, tanto para preservação mas também para se enquadrar em um roteiro turístico, tanto Passo Fundo quando o restante do país crescerá acentuada mentes, fazendo uma necessidade de tornarem as cidades atrativas. Portanto, os tombamentos realizados nos anos 90 ajudaram a transformar o patrimônio histórico de Passo Fundo em um atrativo turístico, destacando a cidade como um destino de turismo cultural e contribuindo para o fortalecimento da identidade local e da economia regional. Assim se faz entender também a criação de órgão especializados para que esses bens sejam preservados, Leis que abrangem todas essa edificações de cunho cultural e histórico, mantém vivo o passado e presente juntos com edificações vivas na sociedade atual.

Durante a construção do trabalho, percebi que sim os patrimônios ainda desempenham papel crucial para o município, preservando a memória de uma sociedade que cresceu acentuadamente, preservando toda memória e identidade, além disso mostrar que a conservação é crucial não somente para manter a estrutura física da edificação, mas garantir que seu legado cultural continue vivo para futuras gerações. Conforme já foi supracitado, mantê los vivos na sociedade, é ainda fazer benefícios possam ser ainda usufruídos, gerando benefícios

econômicos para sociedade, e também com o turismo local preservando as identidades, mas também notamos que muitos dos patrimônios que não estão nesse recorte temporal, mas que durante a pesquisa apareceram correm risco pelo deterioramento dos anos, e sofrem mais ainda pela falta de políticas públicas eficazes capazes de manter sempre sua total estrutura original.

Diante de todos os esforços que vêm sendo aplicados na conservação, identifiquei que um dos principais agravantes é conseguir conciliar a patrimonialização e conservação com o desenvolvimento urbano. Percebo que a falta de conscientização da população para conservação e a falta de recursos, são os principais fatores para complicação da manutenção das edificações tombadas. Perante a isso ainda se faz muito necessário o reforçamento das políticas públicas mais acentuadas que se voltam para a proteção dos bens, notando-se que é necessário a participação mais ativa nesta luta pela preservação.

Agora se os esforços para preservação forem ampliados, se entende que os patrimônios históricos de Passo Fundo possam continuar desenvolvendo um papel central na construção das identidades locais coletivamente, fortalecendo laços com gerações passadas e futuras, mesmo que a longo prazo, preservar as edificações históricas, fortalece um turismo sustentável, uma educação patrimonial melhor e uma coesão social, sendo esse um fator para desenvolvimento contínuo da cidade.

Concluo que os patrimônios históricos são o legado que merecem total atenção, pois esse é o legado deixado para todos que usufruem desse espaço, cuidando e preservando garantimos que gerações futuras possam aprender com as riquezas deixadas. Sendo assim, não é somente uma questão de preservar os patrimônios históricos, mas garantir que tenhamos um futuro mais consciente, questões culturais serão cada dia mais enriquecidas. Portanto, a pesquisa realizada para meu TCC é uma contribuição para que conservar, seja cada vez mais, uma prioridade.

REFERÊNCIAS

- BARROS, José D'Assunção. **O Projeto de Pesquisa em História**: Da escolha do tema ao quadro teórico. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.
- BATISTELLA, Alessandro (Org.). **Patrimônio, memória e poder**: reflexões sobre o patrimônio histórico-cultural de Passo Fundo (RS). Passo Fundo: Méritos, 2011.
- BATISTELLA, Alessandro. Políticas Públicas. *In*: ZANOTTO, Gizele; MACHADO, Ironita Policarpo (Orgs.). **Momento Patrimônio (Volume 1)**. Passo Fundo: Berthier, 2012. p. 59-67.
- BATISTELLA, Alessandro; BACCIN, Diego José. **História, memórias e representações**: uma análise dos monumentos em Passo Fundo. Passo Fundo: Saluz, 2016.
- CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Unesp, 2017.
- CHUVA, Márcia Regina Romeiro. **Os arquitetos da memória**: sociogênese das práticas da conservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940). Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.
- CRUCIOL, Isabela; SUZUKI, Juliana Harumi. Considerações sobre patrimônio histórico e cultural. **Revista Terra & Cultura**: Cadernos de Ensino e Pesquisa, Londrina, v. 22, n. 42, p. 25-35, 2020.
- FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. **Patrimônio Histórico e Cultural**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.
- GUIDOLIN, Camila; ZANOTTO, Gizele. Patrimônio Imaterial. *In*: ZANOTTO, Gizele; MACHADO, Ironita Policarpo (Orgs.). **Momento Patrimônio (Volume I)**. Passo Fundo: Berthier, 2012, 79-88.
- KNACK, Eduardo Roberto Jordão. Patrimônio histórico e transformações sociais em Passo Fundo. *In*: BATISTELLA, Alessandro (Org.). **Patrimônio, memória e poder**: reflexões sobre o patrimônio histórico-cultural de Passo Fundo (RS). Passo Fundo: Méritos, 2011, p. 13-38.
- LEMOS, Carlos Alberto Cerqueira. **O que é Patrimônio Histórico**. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- LIMA, Evelyn Furquim Werneck. Corredor Cultural do Rio de Janeiro: uma visão teórica sobre as práticas da preservação do patrimônio cultural. **Revista Fórum Patrimônio**. Belo Horizonte, v. 1, n. 1, 2007.
- LOPIS, Erivania Azevedo. Patrimônio histórico cultural: preservar ou transformar? Uma questão conflituosa. **Mosaico**, Goiás, v. 8, n. 12, p. 9-23, 2017.
- MEIRA, Ana Lúcia Goelzer. Políticas públicas e gestão do patrimônio histórico. **História em Revista**, Pelotas, v. 10, 2004.

MIRANDA, Marcos Paulo de Souza; ARAÚJO, Guilherme Maciel; ASKAR, Jorge Abdo. **Mestres e conselheiros**: manual de atuação dos agentes do patrimônio cultural. Belo Horizonte: IEDS, 2009.

PALMEIRAS, Jênifer de Brum. Reclamatórias trabalhistas: o papel dos sindicatos no caso da Cia. Cervejaria Brahma. **Missões**: Revista de Ciências Humanas e Sociais, v. 6, n. 2, p. 278-290, jan./jun., 2020.

REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia. Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN. *In*: REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. Rio de Janeiro; Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015.

RIEGL, Alois. **O culto moderno dos monumentos**. Rio de Janeiro: LeYa, 2019.

TEDESCO, João Carlos, KALLIL, Rosa Maria L. MORO, Selina Maria Dal. Uma primeira aproximação do processo de urbanização de Passo Fundo: “moço, esta ida não vai ter volta”. **Teoria e Evidência Econômica**, n. 2, p. 7-14, 1993.

TEDESCO, João Carlos. **A Gare e o trem em Passo Fundo**: sinergias econômicas – 1898-1978. Porto Alegre: EST, 2015.

ZANELLA, A. V. **Psicologia Histórico-Cultural em foco**: aproximações a alguns de seus fundamentos e conceitos. Florianópolis: Edições do Bosque/UFSC, 2020.

ZANOTTO, Gizele; MACHADO, Ironita Policarpo (Orgs.). **Momento Patrimônio (Volume I)**. Passo Fundo: Berthier, 2012.

ZANOTTO, Gizele; MACHADO, Ironita Policarpo (Orgs.). **Momento Patrimônio (Volume III)**. Erechim: Graffoluz, 2015.

FONTES

ECB – GROUP. **Ecb Group vence o leilão em processo de recuperação judicial do Instituto Educacional Metodista de Passo Fundo (Colégio IE)**. Disponível em: <https://www.ecbgroup.com.br/pt/noticia/ecb-group-vence-o-leilao-em-processo-de-recuperacao-judicial-do-instituto-educacional-metodista-de-passo-fundo--colegio-ie->. Acesso em: 5 out. 2024.

GZH. **Sem data para início, reforma do prédio dos museus de Passo Fundo custará R\$ 625,8 mil, segundo prefeitura**. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/passo-fundo/cultura-e-lazer/noticia/2023/05/sem-data-para-inicio-reforma-do-predio-dos-museus-de-passo-fundo-custara-r-6258-mil-segundo-prefeitura-clhs7f2wl00ev0165lrbj2vmr.html>. Acesso em: 20 ago. 2024.

O NACIONAL. **Capela de São Miguel**. Disponível em: https://www.onacional.com.br/x/m_fit_w_730,dpr_1/materias/129280-1727382248.jpg. Acesso em: 28 ago. 2024.

O NACIONAL. **Estação da Gare**. Disponível em:
https://www.onacional.com.br/x/m_fit,w_730,dpr_1/materias/59932_5e926da01c934.jpg.
Acesso em: 3 set. 2024.

O NACIONAL. **Instituto Educacional de Passo Fundo**. Disponível em:
https://www.onacional.com.br/x/m_fit,w_730,dpr_1/materias/123927-1665836035.png.
Acesso em: 9 jul. 2024.

O NACIONAL. **Prédio histórico que abriga dois museus está em condições precárias**. Disponível em: <https://www.onacional.com.br/cidade,2/2022/11/22/predio-historico-que-abriga-dois,124346>. Acesso em: 22 out. 2024.

PASSO FUNDO EM IMAGENS. Chaminé da antiga Cervejaria Brahma. Disponível em:
<https://www.facebook.com/photo/?fbid=3934309683360081&set=pcb.3934309793360070>.
Acesso em: 15 set. 2024.

PASSO FUNDO. **Lei Ordinaria nº 2671/1991 de 28 de Agosto de 1991**. Disponível em:
<https://leisnaweb.com.br/mostrar-ato/?ato=3135&cliente=passofundo&search=lei>. Acesso em: 17 set. 2024.

PASSO FUNDO. **Leis Municipais**. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/>. Acesso em: 23 nov. 2024.

VIVIAN, Patricia. **Sobre nossos olhos: patrimônio industrial de Passo Fundo**. Disponível em:
<https://www.youtube.com/watch?v=oH-XQLzJMlk&t=7s>. Acesso em: 11 set. 2024.